ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2022

Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois pelas nove horas e trinta e cinco minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 5ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa determinou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Alexandra Cristina Santos Freitas, Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna, Cidália de Lurdes Correia Parreira, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, João Carlos de Castro Tavares, João Manuel Machado Enes, João Paulo da Costa Moniz, José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Paulo Alexandre Ávila Fagundes, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Rita Belo Santos, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Sandra da Silva Mendes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

Bruno Miguel Ferreira Fagundes, Carlos Henrique da Costa Neves, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Guilherme Carlos da Rocha Bizarro, Helena do Carmo Ferreira Freitas Toste, Luciva Ventura, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Melo Machado, Luísa Brasil Peixoto Lourenço, Luísa da Costa Barcelos, Magda Patrícia Ferreira de Ávila, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa, Mário José Martins Cardoso, Séfora Veríssimo Costa.

GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP:

André Melo Castro, Nuno Alberto Lopes Melo Alves, Vítor Bruno Costa Pereira.

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO:

Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim, Guido de Luna da Silva Teles, Maurício Manuel Lima Toledo, Nelson Gomes Furtado, Paulo Alexandre Silva Lima.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 4ª sessão ordinária do dia 28 de setembro de 2022 foi aprovada por maioria com 1 abstenção.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente, dando conta do seguinte:

- *Da Diocese de Angra do Heroísmo:*

  Um Ofício assinado pelo senhor administrador diocesano, Cónego Hélder Fonseca Mendes, a agradecer o Voto de Pesar apresentado na sessão anterior pelo falecimento do senhor Bispo D. António de Sousa Braga.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não houve intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Cumprimento o senhor presidente e as senhoras secretárias da Mesa, o senhor presidente da Câmara, a senhora e os senhores vereadores, os senhores membros da Assembleia Municipal.

Começo por lembrar que temos assegurada a transmissão em direto dos nossos trabalhos mas se alguém pretender ver posteriormente o que se passou na Assembleia Municipal, não tem essa possibilidade. Em busca da perfeição, partilho esta situação com o senhor presidente da Mesa para vermos se, de alguma forma, será possível a disponibilidade dessa mesma transmissão durante um certo período de tempo como acontecia antes.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

O projeto «Estudo Acompanhado» foi aprovado com caráter urgente na sessão da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo de 15 de junho para vigorar entre 1 de outubro de 2022 e 30 de junho de 2023. Gostaríamos de saber quando o projeto teve efetivamente o seu início, qual o número de alunos e as freguesias abrangidas e a que anos letivos o mesmo se aplica.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Bom dia senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Recebemos candidaturas ao «Estudo Acompanhado» por parte de algumas entidades e da maior parte das juntas de freguesia mas a maioria dessas candidaturas está incompleta porque as entidades tiveram alguma dificuldade em identificar os jovens que necessitam

deste apoio. Após contactos que estabelecemos com as escolas, foi-nos dito que lhes seria muito mais fácil obter informações acerca do número de jovens com necessidades do «Estudo Acompanhado» quando se desse início ao ano letivo. As escolas demoraram algum tempo a responder e apenas algumas estão em condições de identificar os jovens que necessitam deste apoio.

Em conjunto com as entidades, estamos a completar as candidaturas apresentadas e a nossa previsão é que possamos dar início a várias salas de «Estudo Acompanhado» no mês de janeiro. Em princípio, teremos três salas na freguesia de São Bento, contamos com duas no Porto Judeu e uma em Santa Bárbara, mas não lhe posso adiantar mais informações acerca do número de alunos inscritos porque continuamos à espera de resposta por parte de algumas entidades. Vamos encerrar este processo brevemente, altura em que poderemos prestar todas as informações, mas posso adiantar desde já que teremos em algumas freguesias, mais salas do que as que estávamos à espera.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – O grupo municipal da Coligação gostaria de apresentar aqui uma questão acerca dos resultados do último censo relativos ao concelho de Angra do Heroísmo. Trata-se de uma informação do cerne da política que gostaríamos de partilhar com todos dado que tem a ver com os cidadãos que habitam no nosso concelho e cujo número, se não estou em erro, caiu à roda dos 4%.

À semelhança do que tem feito por diversas vezes, a Câmara Municipal deve agitar ainda mais estas questões no contexto regional. De acordo com a nossa perspetiva, o presidente da Câmara deve ser um líder numa disputa cada vez mais clara entre centros de poder e todos atuamos no domínio da atividade política, neste caso como membros da Assembleia Municipal ou do executivo da Câmara Municipal.

A verdade é que há um equilíbrio pré definido na aurora da autonomia que tem vindo a ser quebrado; se me perguntarem o que uma coisa tem a ver com a outra, a verdade é que, quando se concentram atividades numa determinada cidade, concelho ou ilha, há questões que se põem ao nível económico-social devido à procura de melhor qualidade de vida para os próprios, para os filhos e para os netos. Esta questão merece toda a reflexão porque não podemos assistir de forma indiferente à redução demográfica que se tem verificado. Isto significa também um apelo a esta Assembleia Municipal para que, com o apoio da Câmara Municipal, procure junto das pessoas e entidades respetivas, as respostas para as causas desta redução do nosso índice de população.

Vamos tendo também conhecimento de outros processos, nomeadamente da afirmação do concelho e da ilha no exterior em termos turísticos, por isso esperamos que a Câmara Municipal possa liderar cada vez mais um importante processo de reivindicação para que, a cada um, sejam devidamente atribuídos os seus dotes. Deixo aqui expressas estas nossas preocupações construtivas com vista à busca de respostas mais alicerçadas.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhora e senhores vereadores. Começo por agradecer ao senhor deputado

Carlos Costa Neves a introdução deste tema nesta sessão da Assembleia Municipal e a forma elevada e muito correta como o fez, declarações que subscrevo na íntegra.

Esta é uma preocupação partilhada também por mim e pela Câmara Municipal, que nos levou a publicar no final da última legislatura, um documento que ainda se encontra disponível e creio que terá sido distribuído nesta Assembleia. Trata-se de uma análise demográfica do nosso concelho feita freguesia a freguesia que, de alguma maneira, tentou perspetivar o que estava a acontecer no nosso território. Esse trabalho foi feito pela Universidade de Coimbra com base num conjunto de análises prévias; entretanto, após a realização dos censos, voltámos a encomendar a sua revisão que está também a ser integrada na Carta Educativa do concelho que ficará pronta no início do próximo ano. Nesse documento voltámos a fazer uma análise mais fundamentada e com os dados finais dos censos que aconteceram em 2021. Vamos assim atualizar aquele documento sobre demografia que foi distribuído a esta Assembleia há dois ou três anos.

A verdade é que perdemos quase 5% da nossa população – o que é grave – mas estamos numa situação dentro da média da generalidade da Europa, à exceção de alguns raros territórios. Isto tem essencialmente a ver com dois fatores, sendo o primeiro e talvez o mais determinante, a transição demográfica que chegou tarde aos Açores, de tal maneira que a nossa população continua a ser das mais jovens do país e da Europa. Essa transição assenta essencialmente na generalização da utilização de métodos contracetivos; chegou cá há cerca de quinze anos em relação ao resto do país e duas décadas depois do que se verificou na Europa, mas aconteceu com grande intensidade, o que nos coloca numa situação demográfica típica das sociedades mais desenvolvidas.

O senhor deputado Carlos Costa Neves levantou e muito bem, um conjunto de questões fundamentais relacionadas com a atratividade do nosso território. No que diz respeito à natalidade, estamos dentro do padrão das sociedades desenvolvidas e não creio que seja possível alterá-lo. Fazemos parte de uma sociedade em que as regiões competem entre si para atraírem a fixação de jovens, uma área em que estamos muito mal porque não geramos empregos com qualidade suficiente. Ouvimos dizer todos os dias que falta pessoal aqui e ali mas quando vamos ao fundo da questão, vemos que os vencimentos não são competitivos com o que se ganha em muitas regiões da Europa e as novas gerações mobilizam-se de acordo com o que lhes pagam. Creio que não haverá praticamente nenhuma família do nosso concelho ou da ilha que não tenha algum jovem a trabalhar num lugar qualquer da Europa, o que acontece pelas mesmas razões que levaram à emigração para a América nos anos 60 e 70, ou seja, não conseguimos gerar aqui empregos suficientemente bons e atrativos para fixar as pessoas.

Do ponto de vista demográfico ao nível dos nascimentos, estamos melhor do que a generalidade das sociedades europeias e o problema reside na capacidade de fixação de jovens na nossa ilha, o que nos torna vítimas do nosso próprio sucesso, porque talvez sejamos uma das sociedades europeias que mais evoluiu do ponto de vista educativo. Há trinta anos, a luta era terminar o 9.º ano de escolaridade e tínhamos um abandono escolar desastroso nessa

faixa; hoje estamos a enviar cerca de 40% dos nossos jovens para o ensino superior, essencialmente para fora da região. Contra mim falo porque pertenço ao seu centro mas, infelizmente, a nossa universidade é pouco competitiva nessa matéria.

O nosso sistema de bolsas está a aproximar-se rapidamente dos 750 mil euros por ano, o que demonstra bem o gigantismo que este processo está a atingir. É enorme e cada vez maior o número de jovens que saem deste concelho para fazerem os seus percursos universitários e não estão disponíveis para voltarem porque não pretendem sujeitar-se ao ordenado mínimo, nem tão pouco aproximado dos mil euros; têm outros objetivos e perspetivas de vida, por isso escolhem outros locais para se fixarem. Tenho gasto bastante tempo a tentar perceber esta situação que muito me preocupa. Tentámos chegar ao fundo da questão através da análise que foi feita pela Universidade de Coimbra mas o nosso problema é de natureza económica.

Precisamos urgentemente de melhorar a nossa economia que não está a gerar emprego com a qualidade suficiente para manter uma demografia estável e não vale a pena estarmos com cuidados paliativos, oferecendo umas fraldas ou o que quer que seja. No dia em que tivermos bons empregos, seremos um dos melhores sítios do mundo para se viver porque a ilha Terceira é um lugar limpo e seguro com todas as infraestruturas necessárias. Estamos numa situação privilegiada para quem tem um bom emprego, mas quem não o tem, não pode gozar dessas vantagens.

Se uma grande parte destes jovens que se vão fixar noutros pontos da Europa, tivessem emprego aqui, decerto ficariam por cá e muitos viriam de outras regiões; basta olhar para o sucesso do TERINOV que tem ali cerca de três centenas de bons empregos, sendo uma boa percentagem ocupada por jovens vindos do exterior do país. Houvesse mais uma ou duas dúzias de TERINOV's e estaríamos aqui a falar de outra maneira.

Quanto à questão da centralidade, também aqui referida pelo senhor deputado Carlos Costa Neves, é inaceitável vivermos numa região cada vez mais distorcida no que diz respeito ao incentivo, ao investimento público e à atividade económica. Seria de esperar que todas as ilhas beneficiassem por igual e que o investimento público fosse utilizado como mecanismo corretor de assimetrias, se concentrasse nos territórios que demonstram maiores fragilidades e não naqueles que têm já uma maior pujança.

Nos últimos dias temo-nos deparado com um conjunto de notícias preocupantes que são bem o exemplo de tudo isto, como a questão dos voos entre o Reino Unido e a ilha Terceira – uma das áreas em que, finalmente, estávamos a crescer – mas no próximo ano já não será assim. A instabilidade que está a acontecer em torno dos voos da RYANAIR também para o Reino Unido, rapidamente se poderá propagar para a operação global, o que implicará efeitos catastróficos para o crescimento turístico.

Uma pequena notícia que hoje está a circular e é bem significativa da situação que o doutor Costa Neves muito bem aqui apontou é a situação da ISOPOR que, para mim, foi muito complicada. Isto aconteceu no início de todo este processo durante a campanha eleitoral de 2013. Recordo a conferência de imprensa, na qual o então candidato da oposição, o senhor

engenheiro António Ventura, disse que eu não tinha qualquer efeito ou poder sobre o Governo Regional e a ISOPOR não seria instalada na ilha Terceira mas sim em São Miguel.

Os que acompanharam esse processo lembrar-se-ão que esse foi talvez o facto mais marcante da campanha eleitoral de 2013. Felizmente, conseguiu-se que o centro fosse instalado na Terceira e agora veja-se o resultado. Praticamente não foram enviados doentes de São Miguel para cá e agora a ISOPOR está a fechar aqui a sua operação porque não tem viabilidade.

Preferem enviar os doentes de São Miguel para Lisboa e não para a Terceira e por que razão há de acontecer o inverso? Porquê também a fúria que aconteceu neste verão a respeito dos voos provenientes de Monte Real que faziam escala na Terceira? Se muitos perguntavam porque haviam de vir à Terceira, eu faço a pergunta oposta: porque hei de viajar eu por Ponta Delgada? Até parece uma espécie de ofensa nacional só porque o voo fez escala no outro aeroporto.

Existe uma certa distorção no pensamento a nível regional e começa a ser natural que as coisas sigam um determinado caminho. Vivendo na ilha Terceira, posso ir fazer um tratamento a São Miguel mas, vivendo lá, não posso vir fazer um tratamento à Terceira porque parece uma espécie de crime de lesa-majestade. É esta a situação extraordinariamente custosa em que vivemos e contra a qual temos que lutar.

Não sou homem de grandes conferências de imprensa nem de ter discussões em público e faço o possível por falar com as pessoas para tentar obter soluções negociáveis. Não me parece que o melhor estilo seja pormo-nos aqui aos gritos, mas a verdade é que todos temos a obrigação de tentar evitar estas assimetrias. Modéstia à parte, a Câmara de Angra tem feito muita magistratura de influência junto dos poderes regionais e nacionais. Perguntem à Câmara do Comércio, o que teria acontecido se não fosse a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Não teria havido promoção nenhuma. Temos sido os principais financiadores das atividades de promoção desta ilha, acabando por assumir quase a 100% toda a promoção que se fez nos últimos anos. Foi a Câmara de Angra que editou os guias turísticos e financiou as idas às feiras.

Termino, lembrando uma situação insultuosa que aconteceu na última reunião da Associação de Municípios em que ficámos a saber que somos considerados *persona non grata* no pavilhão dos Açores na BTL. Quem faz agora a promoção dos Açores acha que os municípios não são bem-vindos ao pavilhão regional e não me refiro apenas a Angra do Heroísmo.

A Associação de Municípios pagou o armazenamento de todas aquelas estruturas que não foram utilizadas nas feiras durante os anos da pandemia, (porque não puderam ser usadas no armazém arrendado algures nos arredores de Lisboa), e estamos agora na perspetiva de sermos pura e simplesmente excluídos do pavilhão dos Açores na BTL. Estamos sujeitos a ter que pagar o que for necessário para termos a nossa barraquinha privativa num lugar qualquer. Isto não é aceitável e ainda tenho esperanças de que não venha a acontecer.

O meu colega que é presidente da Associação de Municípios, ficou mandatado para tentar inverter esta situação junto do Governo Regional até à próxima primavera.

A Câmara de Angra pagou integralmente um guia turístico da ilha Terceira que trata os dois concelhos por igual. Temos sido o grande financiador da promoção turística de ambos os concelhos e estamos disponíveis para continuar a fazê-lo, mas esta é uma luta que nos envolve a todos. Deve haver alguma clareza em todo este processo porque não é justo o que está a acontecer. Temos condições para continuar este trabalho mas os poderes regionais devem chegar-se à frente e seria bom que os membros dessa bancada, que muito lutaram para que a centralidade da Terceira não se perdesse, voltassem a recuperar a sua voz. Lembro com saudade o senhor deputado Luís Rendeiro que, durante muitos anos, lutou denodadamente para que a ilha Terceira estivesse no centro do mapa. Seria bom que fossem surgindo novos Luíses Rendeiros em todas as nossas bancadas.

Sra. d. m. Marília Vargas – Bom dia senhor presidente e restantes elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais. Cumprimento também quem nos vê e ouve lá em casa.

Perante estas declarações do senhor presidente da Câmara, reforço mais uma vez aqui as preocupações da bancada do grupo municipal do Partido Socialista relativamente ao Plano e Orçamento regional para o próximo ano que foi recentemente aprovado e não é bom para a ilha Terceira porque apresenta uma redução significativa de 40% face a este ano com um corte de 83 milhões de euros. A taxa de afetação era de 21% desde 2018 e passará para 16% a partir do ano que vem, o que denota uma clara desvalorização da ilha Terceira.

Temos que ter em atenção que as coisas estão a centralizar-se cada vez mais em São Miguel. Posso dar vários exemplos de investimentos que deveriam ter sido contemplados para a ilha Terceira, como o acesso norte ao hospital, o SEEBMO e os centros interpretativos do Castelo de São João Batista e do Algar do Carvão, além de outros investimentos iniciados na anterior legislatura que correm o risco de ficarem a meio, como é o caso do Porto das Pipas.

Como se tudo isto não fosse já de uma enorme gravidade, como referiu e muito bem o senhor presidente da Câmara, tivemos agora estas notícias referentes ao final das ligações da BRITISH AIRWAYS e da operação da RYANAIR para Londres que foram transferidas para São Miguel e não foram substituídas. Estão a centralizar tudo naquela ilha, deixando a Terceira para trás, por isso está mais uma vez na altura de nos unirmos, esquecendo as nossas questões partidárias à semelhança do que fizemos no passado, com vista à defesa dos interesses da ilha Terceira. Apelo também ao Conselho de Ilha da Terceira para que seja cada vez mais forte em nossa defesa.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Bom dia a todos. Tenho feito alguns estudos sobre isto e creio que o salto fisiológico tem pouca relevância passados dois anos porque as pessoas vão para onde têm trabalho, o que se verifica também a nível nacional.

Temos que olhar para o emprego básico que é o emprego exportador com um efeito multiplicador e muito mais focado no longo prazo. O Estado conta 40%, daí a importância

desta argumentação da distribuição das verbas para a região, e os projetos que temos da União Europeia têm efeito zero no emprego. A dívida conta menos de 10%, o leite 35%, o turismo 15% e a base das Lajes tem um impacto grande de 5%, assim como a universidade que partilha do mesmo valor. Segundo os cálculos que tínhamos referentes à ilha Terceira, com o encerramento da base das Lajes, perder-se-iam 60 milhões de euros no valor das casas, o equivalente a cerca de 8%, apesar de ter havido alguma recuperação.

O grande efeito da redução da população comum a toda a região é a dívida pública. No fundo, é como se uma grande parte do dinheiro proveniente do Estado fosse para a dívida e a culpa é nossa, mas acho que podemos avançar em pequenas coisas em termos estruturais, começando pela liberalização total do transporte aéreo que dará centralidade à ilha Terceira.

A diferença é grande no *boom* que aconteceu em termos turísticos com a liberalização dos transportes aéreos em São Miguel em 2014 e na ilha Terceira em 2015. Os dados são uma evidência e é feio negar a evidência. Quando liberalizarem para o Faial e para o Pico, é óbvio que as coisas se vão também multiplicar e não vale a pena estarmos a insistir com passagens mais baratas daqui para ali. Se houver liberalização, as pessoas procuram naturalmente a ilha Terceira devido à sua vocação em termos turísticos e é por isso que nos devemos debater. A ilha Terceira, juntamente com a Graciosa e São Jorge, têm muita capacidade e qualidade em termos de atração turística.

No que diz respeito ao leite, tudo é também relativamente simples, por isso me abstive na votação do Ponto 1.14 da sessão desta Assembleia de junho passado referente ao Voto de Congratulação atribuído à UNICOL. Basta dizer que a UNICOL não é de facto uma cooperativa. Fazendo com que as pessoas não possam voltar depois de saírem, a UNICOL impede o surgimento de novas iniciativas por parte de empresários da área do leite. Produzem os queijos, o iogurte e os gelados mas não saem da ilha e este salto é crucial. Temos capacidade empresarial e basta uma regulamentação a dizer que a UNICOL é dominada pela PRONICOL que é controlada lá fora. A UNICOL é uma empresa como as outras e não pode negar o leite se o mesmo tiver qualidade.

No que toca à base das Lajes, não faz sentido existir um aeroporto com aquela capacidade se forem criadas restrições ao seu uso. Se tem centralidade em termos militares, tem-na também certamente em termos mundiais. Não é preciso subsidiar as rotas, que aparecerão naturalmente se liberalizarmos também a base das Lajes.

Como disse o senhor deputado Carlos Costa Neves, deve haver reivindicação por parte do arquipélago porque, de facto, a distribuição de verbas é injusta mas acho que a culpa é nossa. De alguma forma, todos fomos coniventes com a dívida que permitimos criar, (não necessariamente esta Câmara), assim como com os projetos europeus que aceitamos e outras pequenas coisas que podemos mudar. A Europa é uma grande máquina de propaganda; ganha-se dinheiro durante aquela fase de construção e depois as coisas não funcionam porque não há efeitos multiplicadores significativos no emprego e nas exportações, salvo algumas exceções.

As coisas são relativamente fáceis. O estudo está feito, foi publicado e definido por ilhas e agora corrigido por uma colega minha que o melhorou em termos estatísticos. Não devemos perder o foco no emprego básico que é exportador e na reivindicação de uma política de distribuição mais justa das verbas que vêm de fora, sem esquecer o controlo da dívida que, como avisou agora a *Moody's*, passou para três mil milhões, com a agravante do aumento das taxas de juro. A renegociação da dívida com as entidades nacionais e internacionais é crucial para a proteção do emprego. O dinheiro vem do continente e vai todo embora, por isso não gera efeito multiplicador.

Finalmente e no que respeita à universidade, eu lutei e tive um processo disciplinar por causa da questão do curso de gestão. Não podemos estar com o discurso de que na nossa universidade há só agricultura. O que as pessoas querem de cá é estudar engenharia, gestão e outras coisas e a universidade tem que responder a estas solicitações. Chumbaram a única abertura que tivemos e este é que foi o início de uma universidade virada para o serviço à população, redutora do *brain drain* e das pessoas que vão estudar para fora. A Câmara subsidia e muito bem, mas não há nada que nos impeça de termos aqui bons cursos. O nosso ordenado não é comparável mas as universidades atraem gente e esta cidade é ótima para receber pessoas de nível universitário como Cambridge e Oxford, longe dos grandes centros que são muito caros para a atividade académica.

Em suma, a questão da dívida é muito importante, assim como a reivindicação por uma distribuição de verbas mais justa e a liberalização dos transportes aéreos, entre outras pequenas coisas como a questão da UNICOL.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores.

Infelizmente, todas estas questões aqui referidas não são recentes; há vários anos que temos vindo a batalhar contra a perda de influência e centralidade da ilha Terceira e a maior parte dos que aqui estão tem-no feito de forma ativa em vários momentos da sua vida pessoal, profissional e política.

Concordando de um modo geral com o que foi dito, há aqui alguns aspetos que devem servir de aprendizagem, situações que podemos melhorar na forma de nos unirmos e trabalharmos. Recordo que, por altura das últimas festas Sanjoaninas, o gestor do PO Açores foi duramente criticado pela ATA e por várias outras instituições como a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, por ter cofinanciado a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo em ações de promoção de ligações aéreas para a ilha Terceira através de fundos europeus, tudo feito dentro da legalidade e dos planos de governação.

É óbvio que os resultados obtidos não estão alheios às medidas que foram tomadas. Recordo que debatemos com indignação numa das sessões desta Assembleia Municipal, a avalanche de críticas que chegavam de outra ilha contra a possibilidade da existência de voos diretos do Canadá para a Terceira, como acabou de referir o senhor presidente da Câmara, e de acordo com notícias publicadas hoje, a aerogare civil das Lajes terá tido um número *record* de passageiros até outubro deste ano.

Nunca é demais salientar que não podemos deixar que, tudo aquilo que conseguimos melhorar, seja abafado por outras forças ou centralidades que procuram os desequilíbrios entre as diversas ilhas, e subscrevo plenamente que os fundos públicos devem primeiramente apoiar as áreas onde o mercado não chega. Não é de hoje que tenho essa visão porque já a divulguei, publiquei e tenho-a defendido aqui e noutros fóruns políticos por onde tenho passado.

Muito temos conseguido nos últimos dois anos mas estamos longe do ideal. Não podemos deixar de ambicionar por mais nem recuar perante as primeiras adversidades e compete-nos tomar todas as iniciativas que nos sejam possíveis na defesa dos interesses da nossa ilha.

Sem pretender quebrar a unidade à volta deste assunto, lembro que foram aqui referidos alguns assuntos que, não constando no plano para 2023, constarão seguramente noutros porque vão para o próximo PO. Os resultados do PT 2030 foram divulgados ontem pela Comissão Europeia que aprovou o pacote dos treze programas operacionais portugueses. Provavelmente no mês de março do ano que vem, depois de publicada toda a legislação regional e nacional possível, as coisas poderão começar a evoluir de outra forma. O PO 14-20 está completamente esgotado em diversas áreas, tendo inclusive um *overbooking* de 10% em relação à verba que tem disponível.

Foi aqui referida uma outra questão acerca dos fundos comunitários que não se destinam apenas àquilo que gostaríamos; vêm com etiquetas e restrições que teremos que equilibrar, por isso faz todo o sentido uma seletividade que maximize a utilidade desses mesmos fundos em termos de impactos económicos.

Termino, reiterando as notórias e favoráveis evoluções dos últimos dois anos que, infelizmente parecem tender a inverter-se, por isso temos o dever de tentar impedir que se deite a perder tudo o que foi conseguido a muito custo.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente e Mesa da Assembleia, senhoras e senhores deputados, senhor presidente da Câmara e colegas vereadores.

O problema dos voos é deveras preocupante e tem unido os vários partidos representados nesta Assembleia e na Câmara Municipal. Preocupam-nos as operações do Canadá e dos Estados Unidos, em particular esta última, uma das mais importantes para o crescimento turístico com uma enorme repercussão económica, decorrência do poder de compra dos turistas que habitualmente utilizam estas operações, que continuam ativas, mas estamos a atravessar um momento muito preocupante com uma quebra do número de passageiros. É uma situação que partilhamos com a Câmara do Comércio e resulta também de uma redução bastante acentuada do investimento na promoção por parte da ATA (Associação de Turismo dos Açores), o que reforça mais uma vez a importância das posições que foram assumidas e muito bem pelo DREPA no apoio à CCAH com vista a uma adequada promoção turística da ilha Terceira. Está visto que não podemos esperar muito da ATA, dada a posição que tem assumido nos últimos tempos.

O investimento que tem sido feito pela Câmara Municipal e o apoio atribuído pelo DREPA devem ser mantidos e até reforçados nos próximos anos porque os resultados têm sido evidentes no aumento do número de passageiros, um sinal de que, ao assumirmos a tarefa de promoção turística da ilha Terceira, conseguimos atingir melhores resultados que nos aproximam dos objetivos que pretendemos alcançar.

Gostaria de realçar também o trabalho fundamental que tem sido levado a cabo pelo TERINOV e pela Startup Angra, a incubadora de empresas gerida pelo município no apoio ao empreendedorismo e ao investimento no rejuvenescimento da economia da ilha Terceira. Estamos também preocupados com a informação que nos chegou por mais do que uma vez, acerca de um certo desinteresse e desinvestimento no TERINOV e no AIR CENTRE que lá está instalado, um projeto que tem alcançado resultados positivos, tanto na fixação de quadros qualificados de jovens, como na própria geração de valor e investimento na ilha Terceira. Estamos a falar de cerca de 16 milhões de euros em investimentos de sociedades de capital de risco e de candidaturas feitas a fundos comunitários por parte das Startup incubadas no TERINOV. Este investimento deve ser apoiado e salvaguardado com vista ao reforço e continuidade destes projetos que são bastante diferenciadores.

Ao longo dos últimos anos temos tido uma alteração bastante favorável da base económica da ilha com o surgimento de negócios de caráter tecnológico e digital com grandes potencialidades de expansão que quebram algumas barreiras estruturais que temos na região, nomeadamente a dificuldade de exportação de produtos materiais.

Estes projetos que foram criados na ilha nos últimos anos têm que ser cada vez mais valorizados, um caminho que nos pode ajudar a contornar as dificuldades também aqui identificadas através dos resultados dos Censos 2021 que foram publicados.

Sr. d. m. João Tavares – Bom dia senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Esta minha intervenção é um esclarecimento à intervenção do senhor deputado Tomás Dentinho acerca da suposta rejeição da compra de leite aos produtores por parte da UNICOL. Gostaria de esclarecer que a UNICOL é uma cooperativa que obedece ao código cooperativo, o que significa que os produtores não podem ter negócios próprios e ser cooperadores. O que a UNICOL fez foi cumprir o código cooperativo em que os próprios produtores são seus fornecedores. Nenhum produtor ficou de fornecer leite à UNICOL, por isso não é verdade que se está a excluir produtores ou a desvalorizar o leite, antes pelo contrário. A UNICOL está a adquirir leite de qualidade mas os produtores não podem ser empresários e cooperadores ao mesmo tempo, o que também não é legalmente possível de acordo com as leis da concorrência. É importante que isto fique aqui bem esclarecido porque tem havido por aí muitas notícias e mal entendidos que não correspondem à verdade.

Não se pode dizer que a UNICOL está a excluir produtores porque isso é mentira. A UNICOL compra a todos e cada um segue o seu caminho, mas não podem ser cooperadores e empresários ao mesmo tempo. As dificuldades do mercado são bem conhecidas, é a

cooperativa que faz a regulação dos produtos de compra de carne no mercado e ninguém foi ao seu encontro para saber das dificuldades existentes ao nível dos financiamentos no setor da produção para garantir o fornecimento.

Os produtores da ilha Terceira querem todos comprar na UNICOL, ao mesmo tempo que existe também uma melhor regulação do mercado que se reflete numa maior economia para todos os produtores. O próprio Governo Regional nunca foi ao encontro da UNICOL nem fez as transferências que lhe são devidas para uma melhor solidez financeira da própria cooperativa. Se não fosse a UNICOL, não sei o que seria da economia desta ilha.

Sr. d. m. André Castro – Bom dia Exmo. senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Gostaria de esclarecer a senhora deputada Marília Vargas que o projeto do Algar do Carvão não foi abandonado. Visto que os prazos de execução ultrapassam o PO 2020 onde o projeto se encontrava inscrito, foi decidido reinscrevê-lo no PO 2030. Posso garantir aqui que o projeto do Algar do Carvão vai avançar mas não nos prazos anteriormente definidos.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Este debate foi muito útil e gostaria que significasse a nossa capacidade de estarmos juntos em volta do essencial porque, ao entrarmos em discussões mais detalhadas, corremos o risco de cair no desacordo. Sem pretender entrar nesse tipo de discussão, lembro que a situação não se deteriorou de repente; é a decisão política que leva à construção de infraestruturas e o nosso problema é essencialmente de afirmação de peso político.

Todos os que estão presentes nesta sala, resultam do voto popular e têm experiência política, por isso sabem que, mesmo inconscientemente, quem exerce atividade política tende a dar mais atenção àquilo que lhe toca mais; se quiserem que o diga de uma forma menos elegante, leva-se a mão onde dói mais.

Uma junção de esforços à volta daquilo que é essencial leva a resultados e é o que tem acontecido. O ano passado tivemos a melhor ocupação turística de sempre que se deveu aos esforços que aqui foram descritos por parte do Governo Regional, da Câmara Municipal, da Câmara do Comércio, do Conselho de Ilha e até de algumas discussões ocorridas nesta Assembleia Municipal.

Tem que ser aprofundada uma junção de esforços políticos que levem à potenciação e utilização da nossa efetiva capacidade política; é isso que traz para cá os voos. Depois de longuíssimos combates e reivindicações, lá conseguimos a ligação Terceira/Porto, por isso temos que nos ajudar uns aos outros a não cairmos no conformismo porque as nossas ações têm obtido resultados a vários níveis.

Olhando para os números, vemos que o investimento na ilha Terceira está melhor, mas muito aquém do que pretendemos, daí a necessidade de se afirmar o poder político. Houve aqui várias frases que me tocaram e gostaria de ter tido a capacidade de abordar o assunto da forma como o fez o senhor presidente da Câmara a determinada altura: «É normal um doente da Terceira ir para São Miguel mas, se um doente de São Miguel vier para a Terceira, parece

um crime de lesa-majestade.» É este tipo de mentalidade que temos que combater para conseguirmos uma efetiva complementaridade.

Quando se definiu o Serviço Regional de Saúde, pretendia-se que os hospitais fossem complementares, tendo cada um, áreas mais fortes que complementassem o outro. A ideia não era que houvesse áreas diferenciadas num hospital que levasse depois a uma certa desconsideração pelos outros em termos técnicos. Todo este raciocínio está invertido, como tal, precisamos de aumentar a nossa capacidade de entendimento e reivindicação para que a nossa afirmação possa ter uma voz mais ativa.

Acredito que alguns lhe deem agora alguma atenção porque tem tomado posições importantes, mas o Conselho de Ilha da Terceira foi sendo constantemente desvalorizado ao longo dos anos. Como seremos capazes de o valorizar, dando mais importância e volume ao som deste tipo de reivindicações? Bom, proponho que comecemos por rejeitar absolutamente a impossibilidade de cada ilha se fazer representar no pavilhão dos Açores na BTL porque é inaceitável que se faça uma promoção idêntica à que se fazia com os sindicatos, em que apenas podia existir uma central sindical. Não poderá haver uma só forma de transmissão de mensagem, desaproveitando as parcelas de um arquipélago que enriquece pela sua diversidade.

Este combate às assimetrias e o aumento e fixação da população, da capacidade de emprego e da atividade económica na ilha Terceira favorecem o todo. Quem fala na Terceira, fala também da Graciosa, que tem problemas muito mais complicados ao nível demográfico, assim como São Jorge, Flores e Corvo. Há graves problemas na maioria dos concelhos da região.

Desculpem o saudosismo mas tem que haver um retorno à ideia do desenvolvimento harmónico porque é isso que está na base do entendimento prévio da autonomia. Eu estava nesta Assembleia Municipal quando foi decidido acabar com a empresa municipal de eletricidade para concentração na EDA. Na altura, quando se desistiu dessa atividade e se entregou esse património à EDA, foi entendido que cada um mantinha a sua capacidade de influência e hoje apenas temos na Terceira balcões de presença em termos de eletricidade. Estamos a falar do setor da eletricidade mas podemos falar de todas as empresas públicas.

Alguns economistas considerarão tratar-se de uma decisão economicamente racional de centralização de recursos, algo que temos que combater porque somos ilhas, temos um acordo prévio diferente que foi sendo quebrado ao longo dos anos e a sua recuperação vai ser bastante difícil. Se não forem aqueles que estão mais sensibilizados politicamente e têm um microfone para exercerem pressão e apresentarem as questões de forma racional, explicando as razões porque todos ganharemos com isso, nos próximos censos estaremos inevitavelmente a lamentar, a procurar explicações para a perda de população e a perder influência económica e política. É por esse combate que todos nos devemos juntar.

Sr. d. m. Rogério Sousa – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante executivo, colegas de bancada e restantes membros da Assembleia Municipal.

Quem ouve o doutor Carlos Costa Neves fica com a sensação de que os Açores têm vivido em união mas a verdade é que um dos problemas que temos como região é esta visão bairrista e, à semelhança do anterior, o atual Governo mostra alguma dificuldade em descolar da ilha mãe. É verdade que é uma questão de escala e a ilha de São Miguel concentra o maior número de pessoas, mas há decisões tomadas no passado que podem mitigar estas situações e acrescentar um sentimento de unidade regional que vamos tendo cada vez menos.

As ligações de barco inter-ilhas ajudam bastante à coesão regional e a criação da RTP Açores foi um marco importantíssimo mas, no que respeita a órgãos de comunicação social, após a «morte» do jornal A União, a ilha Terceira tem apenas o jornal Diário Insular.

Não percebo muito de aviões, não gosto de andar de avião e tenho alguma dificuldade em discutir assuntos de rotas, mas a ideia que tenho é que os encaminhamentos inter-ilhas e a lógica da existência de cinco aeroportos que funcionavam como um só, contribuíam para esta noção de região que me parece ter vindo a decrescer.

Doutor Costa Neves, o desinvestimento na ilha Terceira é notório. É impossível dizer-se que estamos melhor e no caso da cultura, estamos particularmente pior devido aos cortes nessa área. Ouvimos o senhor deputado municipal representante do PPM, que é um grande defensor da cultura nos Açores, dizer que temos de facto um corte de 40% ao nível regional. Estamos em dezembro, não há ainda resultados acerca de apoios para 2023 e vai acontecer o mesmo que o ano passado em que, em junho, estavam a dar apoios relativos a questões que deveriam ter sido resolvidas em janeiro, fevereiro ou março, o que significa que estamos a regredir no que diz respeito à coesão.

Quanto à promoção na Bolsa de Turismo de Lisboa, muito honestamente, se é para irmos à WEB SUMMIT distribuir queijos, leitinho e manteiga como se os nossos produtos fossem ainda e somente estes, às vezes parece-me que mais vale não pormos lá os pés.

Tenho também muitas saudades do senhor deputado Luís Rendeiro que tanta voz fazia ouvir nesta reivindicação da centralidade da ilha Terceira. Parece que agora o senhor vice-presidente perdeu a voz e já ninguém o ouve falar dessa centralidade que na altura eu já dizia que não tínhamos.

Acho que a promoção turística não deve passar pelo Governo porque o Governo é centralista, só vê a beleza de Ponta Delgada e da ilha de São Miguel e não olha para as restantes ilhas. Por uma questão prática e pessoal, muito contente fiquei pelo facto de o senhor Secretário da Saúde ter feito finca-pé e posto cá a radioterapia porque evitou que a minha mãe tivesse que se deslocar a São Miguel para fazer sessões de radioterapia de meia hora durante um mês e meio; em dez ou quinze minutos, deslocava-se ao hospital aqui na Terceira e fez lá as suas sessões, por isso as decisões que dizem respeito à cultura, educação e saúde devem ser tomadas além da política e dos partidos.

Esta conversa a respeito de unidade fica-nos muito bem mas depois é preciso que as coisas funcionem na prática legislativa. Quem ouve agora a bancada do PSD, até parece que já não vale a pena berrar porque, com calma e algum jeitinho, vamos chegar lá.

Por estarmos nesta quadra natalícia, queria parabentear esta Câmara e o seu executivo pela excelente montra de Natal e a respetiva programação, que tem sido muita e até talvez um pouco demasiada, porque não conseguimos participar em tudo. Aproveito também para perguntar ao senhor presidente da Câmara como estão a decorrer as obras de repavimentação da Ladeira de São Francisco, uma vez que estão a provocar constrangimentos de mobilidade nesta altura do Natal, e às vezes apetece saltar do carro e largar chapadas.

Sra. d. m. Marília Vargas – Quero também discordar na íntegra com o que foi dito pelo senhor deputado Carlos Costa Neves porque o investimento público na ilha Terceira nunca esteve tão mal como agora e não somos só nós a afirmá-lo; são também os nossos empresários e a própria Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo que está insatisfeita com o fim de todas estas ligações aéreas e emitiu recentemente uma nota relativa a uma alegada interferência do Governo Regional na SATA a respeito da administração dos voos inter-ilhas. Vamos unir-nos, ter isto em atenção e concentrar os nossos esforços na defesa dos interesses da ilha Terceira.

Fico muito contente que a situação do Algar do Carvão venha a ser resolvida. Oxalá haja fundos comunitários para todos os investimentos que ficaram por contemplar aqui na ilha Terceira porque a lista é bastante grande.

Sr. presidente da Câmara – Responderei à questão das obras da Ladeira de São Francisco quando pudermos todos intervir no ponto referente à atividade municipal e agradeço ao senhor deputado Carlos Costa Neves o facto de nos ter referido este assunto, um dos temas mais importantes da nossa atualidade política. Acho que esta Assembleia se nobilita quando discute estas coisas, por isso fica aqui o meu agradecimento e louvor ao senhor deputado por ter abordado este tema.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – O senhor presidente da Mesa poderá escolher a figura regimental que entender. Poderá ser para defesa da honra ou para dar explicações, mas preciso de trinta segundos para dizer uma coisa. Pode descontar no meu tempo por altura da discussão da atividade municipal.

Sr. presidente da Mesa – A bancada da Coligação esgotou o seu tempo neste período mas a Mesa tenta sempre não cortar o discurso dos senhores deputados ao longo da sessão por considerar que há coisas que têm que ser objetivamente discutidas. Além de deselegante, a interrupção ou quebra de qualquer intervenção não atinge os objetivos propostos quando se faz um debate desta natureza. A sua bancada ultrapassou o tempo em cerca de quatro minutos mas, na minha condescendência, dou-lhe mais trinta segundos para defesa da honra.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Muito obrigado pela sua condescendência que é essencial para o bom clima de funcionamento desta Assembleia. Quero apenas dizer o seguinte ao senhor deputado Rogério Sousa e à senhora deputada Marília Vargas: talvez eu esteja com especiais dificuldades de expressão – o que pode acontecer – ou não perceberam nada do que disse porque tentei abordar a questão numa perspetiva política e de ilha, pondo para trás quaisquer discussões acerca dos vinte e quatro anos disto, dos dois anos daquilo ou dos

maiores e menores investimentos. Desculpem-me se me expliquei mal, lamento se perceberam mal.

Sr. d. m. Rogério Sousa – Talvez o senhor deputado se tenha explicado mal ou várias pessoas entenderam mal o que o senhor disse e, pela sua explicação, demonstra que também percebeu mal o que eu disse. Ninguém falou aqui de vinte e quatro anos nem do passado; falei da RTP Açores, do transporte marítimo de passageiros e de políticas e estratégias que ajudaram à coesão regional. Talvez o senhor me tenha percebido mal ou percebi-o mal a si porque não se soube expressar.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura integral dos pontos da Ordem de Trabalhos, informando que o documento fica também disponível no servidor de ficheiros do município.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Gostaria de compreender se se trata de algum *upgrade* ou se existe outra qualquer razão para que a proposta de regulamento do «Prémio Literário Álamo de Oliveira» parta da Mesa da Assembleia Municipal. É apenas por uma questão de paternidade.

Sr. presidente da Mesa – A proposta foi agendada como tal e a Mesa não tem qualquer interesse na paternidade deste projeto. Ficou decidido na última sessão que seria criado um grupo de trabalho composto por elementos de ambas as bancadas para redigir um documento e apresentá-lo à Assembleia Municipal. Foi agendado desta forma mas as senhoras e os senhores deputados podem decidir quem o deverá apresentar.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Foi realmente feito um trabalho conjunto pelos dois grupos parlamentares, nomeadamente através da senhora deputada Luísa Barcelos e do senhor deputado Rogério Sousa, sobre uma proposta inicial do grupo parlamentar da Coligação. Por mim tudo bem, apenas pretendia perceber como a classificação tinha sido feita.

Sr. presidente da Mesa – Volto a referir que a Mesa não interfere nas decisões das bancadas parlamentares. Se houve aqui alguma situação menos clara, podemos remediá-la mediante decisão de ambas as bancadas.

Sra. d. m. Marília Vargas – Apenas para lembrar que a proposta inicial foi retirada, tendo sido feito um novo trabalho por parte das duas bancadas. Sem pretender reivindicar qualquer paternidade, o trabalho do senhor deputado Rogério Sousa tem que ser valorizado e não esquecido.

Sr. presidente da Mesa – O diploma poderá ser apresentado por qualquer uma das bancadas, dispensando a Mesa de o fazer, devendo este ponto da Ordem de Trabalhos ser alterado sob o ponto de vista da ata.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Ficou clarificado tratar-se de um trabalho conjunto que partiu de uma proposta inicial da bancada municipal da Coligação. Dada a importância da criação deste prémio literário e a sua ligação aos órgãos municipais, mediante a concordância do grupo municipal do Partido Socialista, achamos que o apadrinhamento do casamento entre os dois grupos municipais deve ser feito pela Mesa da Assembleia.

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de setembro a 30 de novembro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – O período da atividade municipal referido neste relatório decorreu com toda a normalidade e não creio que haja nada de particularmente complexo a assinalar.

Como tem sido norma nas últimas sessões da Assembleia, continuamos com manifestos atrasos em obras e aqui aproveito para dar a explicação pedida há pouco pelo senhor deputado Rogério Sousa. Esta intervenção na Ladeira de São Francisco tem tido alguns atrasos e não é difícil prever que a situação se mantenha porque estamos com algumas dificuldades em fazer avançar a obra devido à falta de calceteiros na ilha e a um outro problema relacionado com o fornecimento de um tipo específico de cimento que é utilizado nas juntas da calçada para evitar que se parta rapidamente. Como o material não chegou a tempo, a obra está cimentada até cerca de metade, por isso vamos ter mais alguns atrasos.

As restantes obras estão a decorrer com a normalidade possível. O terminal de camionagem sofreu também alguns atrasos mas aproxima-se do seu *terminus*. A parte da construção civil está virtualmente pronta, vamos entrar agora na fase da instalação dos equipamentos e da colocação dos bancos.

Um setor onde temos tido maiores dificuldades é o dos asfaltos e pavimentações. Neste momento apenas existe fornecimento esporádico de asfalto na ilha, o que tem levado a seríssimas dificuldades em resolvermos os problemas das estradas, uma área particularmente penosa porque temos alguns caminhos e estradas em muito mau estado. Tem-se feito os possíveis por ir tapando os buracos que são já em maior número do que o próprio pavimento mas vamos ver se teremos melhores condições no próximo ano. Aparentemente, há mais uma empresa que pretende entrar neste negócio dos asfaltos aqui na ilha, o que seria extremamente bom porque nos permitirá, de alguma forma, quebrar este ciclo dos últimos dois anos em que a obsolescência dos equipamentos existentes e um conjunto de outras perturbações têm levado a gravíssimos atrasos.

Uma das obras que está a entrar numa fase relativamente avançada e próxima da sua conclusão é a pavimentação do acesso ao Monte Brasil em que havia também ali um troço com mais buracos do que pavimento.

Temos tido algumas dificuldades em fazer arrancar uma outra obra essencial do ponto de vista do abastecimento de água e da redução das roturas, ou seja, a substituição da rede mais antiga do concelho entre as Bicas de Cabo Verde e a Boa Hora. Se não voltar a acontecer mais nenhuma anomalia neste processo, espera-se que a obra se inicie nas próximas semanas.

Aproveitando os atrasos neste conjunto de obras, fomos aprovando ao longo destes últimos meses em reuniões de Câmara, umas centenas de pequenas intervenções em pinturas e arranjos de instituições públicas das nossas freguesias, apoiando as juntas de freguesia para realizarem pequenas obras, uma forma de irmos tendo uma razoável execução financeira.

O ano está basicamente concluído, gostaríamos de ter chegado aos 100% de execução mas estamos na casa dos 85%, o que não é mau. Para tal, foi necessário recorrer a estas medidas de distribuição de dinheiro pelas instituições porque, de outra forma, não teríamos conseguido chegar a esta boa execução. Desse ponto de vista, fez-se também o avanço do pagamento de algumas das prestações que estavam contratualizadas com a Santa Casa da Misericórdia no que diz respeito à recuperação da Igreja das Concecionistas. O contrato assinado previa um pagamento a cinco anos mas referia também que a Câmara tinha o direito de antecipar prestações, começando do fim. Assim sendo, antecipámos já quatro prestações, ficando apenas uma para o ano que vem, o que significa que temos aquela obra paga na sua quase totalidade, o que nos permite alguma folga orçamental para podermos assumir outros compromissos.

Embora não esteja ainda totalmente fechado do ponto de vista da receita, o ano correu manifestamente bem do ponto de vista da gestão financeira. Apresentaremos resultados mais concretos na próxima sessão da Assembleia Municipal de fevereiro mas vamos fechar o ano com as contas equilibradas e sem grandes dificuldades. Veio a confirmar-se a previsão orçamental que fizemos, por isso temos uma liquidação da receita que se aproxima dos 100%. Haverá provavelmente aqui alguma pequena variação mas é esta a situação financeira neste momento e, para todos os efeitos, o ano está praticamente concluído.

Tivemos um ano de estabilidade também do ponto de vista do pessoal. Infelizmente, temos a assinalar o falecimento de mais um dos nossos trabalhadores mas o número de efetivos mantém-se sensivelmente o mesmo.

Visto que algumas pessoas me falaram a respeito de um concurso que foi autorizado por esta Assembleia relacionado com a área social – que é sensível – para que não restem dúvidas, quero dar-vos a seguinte explicação: na abertura inicial do concurso falava-se apenas em «Ciências Sociais», uma área que é demasiado vasta. A redação não foi a mais adequada mas o que interessa é o objetivo de contratar uma pessoa para a unidade da área social da Câmara Municipal com responsabilidades também na área da educação.

Estamos basicamente a contratar um trabalhador para substituir uma senhora, cujo período de aposentação se aproxima, e achamos melhor diversificar um pouco, incluindo também a área da educação. Isto não foi para dar jeito a ninguém, até porque a pessoa cujo jeito se apontava, tinha outro emprego e não consta sequer da lista dos concorrentes que é

conhecida; a pessoa não concorreu e não consta lá, de qualquer maneira, espero que o júri delibere com solenidade e justiça. Quando o concurso tiver terminado, terei todo o gosto em comunicar a esta Assembleia o nome da pessoa que vier a ser contratada e as razões da deliberação do júri.

Ao contrário do que possa parecer, este é um concurso totalmente aberto a todos e o que se fez foi alargar o âmbito. Esperemos que haja muitos candidatos e que ganhe o melhor e é bom que não fiquem dúvidas. Da mesma maneira que já o disse nesta Assembleia com toda a transparência quando havia um concurso destinado a resolver uma situação específica, também agora estou a dizer que não é o caso; trata-se de um concurso aberto a todos, o senhor adjunto aqui do gabinete não concorreu porque tem um emprego noutro sítio e não houve qualquer interesse em favorecer quem quer que seja. Esta matéria deve ficar sempre clara porque os concursos são abertos e comunicarei a esta Assembleia sempre que houver qualquer especificidade.

Ainda sobre a atividade municipal e no que toca a este último trimestre, gostaria de partilhar convosco uma preocupação a respeito do funcionamento da TERAMB que poderá ser discutida mais profundamente no ponto respetivo da nossa Ordem de Trabalhos de hoje. A TERAMB tem vindo a sofrer indiretamente um profundíssimo impacto causado pela guerra na Ucrânia porque tem dois consumos que são extremamente vulneráveis a esta área, como as questões do aço. A empresa substitui um conjunto de peças de cinco em cinco anos, este era o sexto ano de funcionamento e foi preciso substituir as serpentinas que são os elementos do permutador de calor por onde passam os gases quentes que são muito agressivos e provocam um desgaste muito rápido.

O que seria uma operação normal que custaria uma centena de milhares de euros, acabou por custar quase meio milhão porque o aço está com preços absolutamente anómalos. Por outro lado, a TERAMB tem um grande consumo de produtos químicos na limpeza de gases. Estes produtos que, tal como os adubos, fazem parte da mesma família dos que são usados para a agricultura, sofreram um aumento na casa dos 300%, o que fará com que a TERAMB venha a apresentar um resultado negativo pela primeira vez na sua história. Isto para mim é uma preocupação porque as regras relativas a empresas municipais são complexas quando aparecem resultados negativos, embora este seja simbólico na casa dos 80 mil euros num orçamento de vários milhões.

Apesar de todos estes problemas, a TERAMB está com alguma saúde financeira. Contudo, isto coloca a empresa numa situação de vigilância sob o ponto de vista da extinção ou da internalização, mesmo que se tratasse de um euro negativo apenas. Se isto se repetir por mais um ano e não houver soluções, teremos que decidir o que fazer a seguir, o que não será tragédia nenhuma para o município de Angra do Heroísmo porque a nossa situação financeira e o nível de endividamento permitem-nos encaixar a TERAMB sem qualquer dificuldade.

Apesar de ter acontecido pela primeira vez, este problema deve ficar na mente de todos e teremos que olhar para ele com outros olhos, caso se venha a manter daqui a um ano.

Infelizmente, creio que a situação não vai ser a melhor em 2023 porque os preços mantêm-se muito elevados e estamos também a ter um problema crescente com deslastramentos porque a EDA está a absorver cada vez menos a nossa energia produzida e já protestámos acerca do deslastramento de 40% que nos apresentou no mês de setembro. Por outras palavras, a EDA não nos paga 40% da energia que produzimos, o que não é justo nem razoável. Esperemos que a entrada em funcionamento do sistema de baterias da ilha venha a alterar a situação, apesar de nos ter sido dito que não seria alterada, mas não aceitamos essa resposta. Tirando isto, tivemos um trimestre de plena normalidade e muito bons resultados do ponto de vista da gestão financeira e económica da Câmara.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Ainda bem que o senhor presidente da Câmara referiu a questão do concurso porque não se trata de casos e casinhos ou de pessoas, até porque houve já situações em que tudo foi conversado, negociado e percebido.

A questão que se coloca é que foi aqui aprovada na sessão da Assembleia Municipal de 15 de junho passado, a 3ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para um cargo a prover na área de Ciências Sociais, Serviço Social e Sociologia. A verdade é que o concurso que foi aberto no BEPA a 26 de setembro abrangeu as áreas de Ciências Sociais, Serviço Social, Sociologia e Ciências da Educação, além das que foram aprovadas por esta casa. Queremos perceber as razões deste aumento de abrangência, porque não esteve em consonância com o que foi aprovado nesta casa e se existe algum respeito pelas decisões que são aqui tomadas.

Pergunto se a Câmara pretende anular o atual e fazer um novo concurso, excluir os candidatos que não estavam mencionados na proposta que foi aqui aprovada e voltar a apresentar esta questão para que a possamos alterar em consonância com as suas necessidades.

A Câmara Municipal visitou o ecocentro de São Sebastião a 7 de dezembro de 2021, informando que o mesmo estaria em pleno funcionamento no início de 2022, assim como os ecocentros das Doze Ribeiras e dos Altares. Visto estarmos a caminhar para o início de 2023, dos três ecocentros existentes no concelho, gostaríamos de saber quais os que se encontram a funcionar em pleno, os que ainda não funcionam e para quando se prevê a sua entrada em funcionamento.

O relatório da Atividade Municipal refere a implementação de um outro ecocentro na Rua doutor Sousa Júnior. Pergunto para quando a sua entrada em funcionamento, se acontecerá nos mesmos moldes dos anteriores e se está prevista a instalação de algum outro ecocentro no concelho.

Peço ao senhor presidente da Câmara que nos faça o ponto da situação da substituição da tubagem da Estação Elevatória do Pátio da Alfândega. No seguimento da sua intervenção a respeito de pequenas obras e reparações, sabemos que os reservatórios de água de todo o concelho apresentam sinais de alguma falta de manutenção em termos de pintura, de cortes de relva e também de segurança porque há cadeados partidos e portões abertos. Pergunto se reconhecem esta situação de alguma negligência, com que regularidade estão a ser feitas as

operações de limpeza e manutenção e se se trata de uma questão de prioridades, de falta de recursos humanos ou outra razão qualquer.

Sr. presidente da Câmara – Começando por responder à sua primeira questão, não é necessário fazer nada disso porque as «Ciências Sociais» incluem todas essas situações e existe aqui apenas um problema de lógica. Quando referimos «Ciências Sociais» estamos a mencionar tudo isso e mais algumas áreas que não constam aí e o objetivo seria não alargar de forma excessiva. Se tivéssemos colocado apenas «Ciências Sociais», poderiam ter concorrido dezenas de profissões.

Reconheço a infelicidade da redação mas o assunto foi devidamente revisto e não existe a necessidade de qualquer intervenção. Se consultar o documento que é apresentado hoje à Assembleia, verá que a situação está acautelada com tudo devidamente esclarecido no que diz respeito ao quadro de pessoal. Nada precisa de ser feito para que não haja qualquer dúvida ou perturbação no concurso, até porque há mais de sessenta concorrentes.

Ficarei atento às redações de futuros concursos para que se evitem erros como a referência a «Ciências Sociais», quando se pretende algo específico. Na verdade, poderiam concorrer umas dezenas de psicólogos ou antropólogos – porque todos fazem parte das Ciências Sociais, incluindo os das Ciências da Educação – e o que estamos a fazer é usar nomenclaturas que não são adequadas face aos perfis profissionais pretendidos. A designação «Ciências Sociais» nunca deveria ter sido usada porque estaríamos a falar do todo e a somar ainda as partes do todo e não é preciso um grande amor à matemática e à lógica para se perceber que estava errado. Reconheço o erro, que foi corrigido com a inclusão da designação correta no quadro que hoje será sujeito a votação.

No que diz respeito aos ecocentros, posso dizer-lhe que o dos Altares está em pleno funcionamento e os outros dois atrasaram-se – não por causa dos ecocentros que estão prontos há muitos meses – mas devido à falta dos asfaltos, porque os mesmos dependiam do arranjo dos acessos. Os ecocentros precisam da acessibilidade de um camião específico com o equipamento necessário para aquelas estruturas e sem o arranjo das estradas não seria operacional nem eficaz a sua utilização porque os riscos eram muitos, particularmente no caso de São Sebastião em que a entrada da Canada do Riadouro tinha um problema com uma parede que podia cair e causar ali algum desastre. O assunto está resolvido, a obra está a decorrer a bom ritmo e espero que se cumpra o que foi prometido com a entrada do ecocentro em operação efetiva no princípio do ano. Quando a empresa terminar a intervenção em São Sebastião, seguirá para as Doze Ribeiras onde a intervenção é bem menor, bastando apenas fazer a pavimentação sem a necessidade de mudar o perfil da via, por isso espero que o ecocentro entre também em funcionamento no início do próximo ano.

Quanto à sua questão acerca da instalação de outros ecocentros, alguém lhe chamou «ecocentros» mas aquelas duas estruturas iguais que estão a ser construídas no Largo dos Remédios resultam do voto popular no Orçamento Participativo. As pessoas votaram para a instalação de ecopontos subterrâneos aqui na cidade idênticos aos que temos nas freguesias

mas com os recetáculos colocados abaixo do nível do solo, ficando apenas uma abertura à superfície.

Aquilo que neste momento não passa de um grande buraco, vai ser tapado e relvado, ficando apenas uma pequena abertura por onde se introduzirá o lixo. Esta é uma solução para permitir que as pessoas que vivem em zonas urbanas mais densas possam ver-se livres dos seus resíduos às horas e dias que lhes derem mais jeito sem terem que ficar à espera das recolhas, um dos grandes problemas que temos na cidade, a que se juntam de vez em quando, os cães, os gatos, os ratos e até o vento a espalhar o lixo.

Este é um dos projetos vencedores proposto por um cidadão; foi aprovado e está a ser executado, a Câmara Municipal olha para aquilo com grande interesse, e se correr bem, vamos ter que o replicar em muitos outros lugares. Recordo que não se trata de um ecocentro, mas sim de um ecoponto subterrâneo; é o que deveria estar escrito aí.

Quanto à Estação Elevatória, teríamos toda a intenção de trocar aquela conduta por uma outra em aço mas, como referi há pouco, o seu preço subiu de tal maneira que teria sido um péssimo negócio se tivéssemos feito a sua substituição na altura que pretendíamos. Teríamos que pagar a conduta a 100% porque não tínhamos o apoio de qualquer fundo comunitário e o preço do aço aproxima-se perigosamente do preço do ouro, por isso resolvemos atrasar um pouco mais a obra. Tivemos mais uma rotura esta semana e decerto teremos muitas mais, mas a prudência e a boa gestão dos fundos públicos aconselham que se espere mais um bocadinho até que o próximo quadro comunitário esteja em aplicação e o preço do aço volte a níveis razoáveis.

O que se pretende não é um aço normal ao mesmo preço do ferro que é usado nas construções; a conduta tem que ter uma determinada resistência em termos de pressão e o seu preço ultrapassaria um milhão de euros. Seria este o valor da substituição daquele troço aos preços atuais, o que não é aceitável para a Câmara nem uma boa gestão do dinheiro público. Com pena minha, foram estas as razões que nos levaram a atrasar a obra da Estação Elevatória mas estaremos prontos para a fazer no momento que se mostre adequado do ponto de vista do financiamento e do preço.

No que toca à manutenção dos reservatórios, temos tido alguns problemas no que diz respeito a ervas porque choveu muito este verão, o que foi muito bom para a lavoura mas muito mau para quem não quer produzir erva, e os maiores problemas não residem nos reservatórios. Já me apeteceu por diversas vezes comprar um rebanho de cabras e pô-las a pastar dentro da cidade porque decerto se alimentariam bem em algumas ruas.

Como estamos noutra época do ano, além das ervas temos também o problema das algas escorregadias nos passeios, um assunto grave sem uma solução óbvia à vista porque foi vedada a utilização no espaço público, de um produto que era eficaz e resolvia o problema do crescimento de algas durante o inverno. A Câmara comprou um equipamento de vapor a quente que não apresentou bons resultados após vários ensaios, antes pelo contrário, parece que o vapor dá mais energia às ervas que voltam com redobrado vigor. Estamos à procura de uma solução mas o problema está a revelar-se muito complicado de resolver.

Coisa diferente é a manutenção e pintura dos edifícios. Iniciámos um processo de contratação pública para serviços de pintura que, à semelhança de muitos outros, não chegou a bom porto, e temos de facto um conjunto de reservatórios e outras estruturas municipais que precisam urgentemente de uma boa pintura.

A forma mais eficaz de resolver o assunto dos reservatórios é pôr-lhes terra à volta para manter a água a uma temperatura mais adequada durante o verão, plantando também vegetação natural que cubra a área para não termos que andar sempre a cortar, evitando também a criação dos tais nichos amigos das abelhas, além de um conjunto de outros benefícios.

A questão está a ser analisada, por isso poderão ver a breve trecho, terra ou bagacina colocada sobre os reservatórios e não vale a pena andarmos a pintar paredes o tempo todo quando não se tira daí qualquer benefício do ponto de vista do bom funcionamento das estruturas, resultando até no efeito contrário, mas vamos tentar resolver a questão de forma mais definitiva.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – A empreitada de construção da central rodoviária do Bailão decorre a bom ritmo sem que se conheça ainda o processo de reordenamento urbano de Angra do Heroísmo. O senhor presidente da Câmara referiu na sessão da Assembleia Municipal do passado mês de junho, ter sido encomendado um estudo a uma empresa especializada em mobilidade, estimando-se que tivesse sido apresentada uma solução este verão. Como estamos já no inverno, pergunto se o referido estudo foi feito e vai ser publicado, para quando se prevê a conclusão da obra e de que forma será feito o reordenamento urbano, principalmente no que diz respeito ao transporte coletivo de passageiros e ao transporte escolar de crianças e jovens porque, como é óbvio, não se espera que os meninos saiam no Bailão e sigam a pé para o liceu e para a EBI de Angra.

Sr. presidente da Câmara – Foram efetivamente cumpridos os prazos do estudo, que está na nossa posse, mas estamos numa fase de análise que envolve ainda eventuais pedidos de esclarecimento à empresa que o fez. As conclusões gerais são já do conhecimento da empresa que presta o serviço de transportes coletivos, com quem estabelecemos um conjunto de contactos com o objetivo de prepararmos as alterações necessárias, e tivemos também a oportunidade de reunir com o senhor Diretor Regional da Educação sobre a questão do transporte escolar. Existe alguma complexidade no que diz respeito à disponibilidade de viaturas e a tipologia das existentes aconselha a que não se faça transições bruscas e se inicie um processo de convergência.

Não há nenhum interesse em acordarmos um dia com uma revolução total nos transportes, por isso esta transição terá que ser feita passo a passo acompanhada dos necessários investimentos no que diz respeito a veículos, porque são necessários mais miniautocarros e menos viaturas de grandes dimensões. Temos pela frente um processo que demorará alguns anos a ser concluído, não significando que tudo esteja diferente no dia seguinte ao arranque do terminal, por isso as alterações vão sendo introduzidas paulatinamente no funcionamento da cidade.

O transporte e o encaminhamento dos alunos para as escolas compete à Direção Regional da Educação e as mudanças não podem acontecer ano a ano, devendo ser feitas no início de cada um dos ciclos. Terá que ser feito um trabalho com a DRE com vista a uma solução mais eficaz porque temos alunos que passam à porta de uma escola para seguirem para outra e vice-versa, o que não faz qualquer sentido. Precisamos de tentar redefinir as zonas pedagógicas de cada uma das escolas em função da sua localização geográfica porque não podemos pedir a um aluno que mude de escola a meio de um ciclo escolar.

O reordenamento do Alto das Covas está associado a todo este processo, uma matéria que tem vindo a ser trabalhada internamente e também com a Direção Regional da Cultura. É preciso criar as condições necessárias para que a estátua do senhor Corte-Real – que está ali em baixo à porta com um ar muito mal disposto – possa ir para o Alto das Covas, e foram já resolvidas as questões urgentes referentes à acessibilidade dos autocarros ao terminal; devem ter reparado que foi feito um reordenamento diferente com o alargamento da saída, permitindo que o terminal funcione sem quaisquer restrições e vá sendo otimizado ao longo dos próximos anos.

Existe uma outra questão acessória muito importante a respeito do transporte coletivo que tem a ver com a contratação pública. O município não tem contrato com o prestador deste serviço, exceto um apoio ao bilhete, ou seja, ressarcimos mensalmente a empresa transportadora com o valor dos descontos que faz no bilhete mas as carreiras foram contratadas pelo Governo Regional que alterou a legislação há dois anos, tendo os municípios passado a ser a autoridade dos transportes coletivos para as zonas urbanas. Como a situação não era clara, foram estabelecidos contactos com a Direção Regional competente no sentido de definirmos como zona urbana de Angra, a área compreendida entre a Ribeirinha e São Mateus, inclusive. Há também aqui uma alteração do ponto de vista de enquadramento que levará necessariamente a um procedimento no sentido de a Câmara Municipal passar a assumir a contratação pública com o prestador dos serviços de transportes coletivos para esta zona geográfica, mantendo-se a região como entidade contratadora para o restante território do concelho e da ilha. De acordo com a lei e se assim o entender, o município da Praia da Vitória poderá também assumir essa competência dentro do seu território.

Fazendo um resumo do ponto da situação, para que não haja perturbações, teremos uma evolução gradual em todo este processo em diálogo com a Direção Regional da Educação no que diz respeito ao transporte escolar. Essa competência foi transferida para os municípios do continente mas na região é a DRE que deve garantir o transporte adequado aos seus alunos, por isso a pergunta deve ser dirigida à secretaria respetiva.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Expressando a minha preocupação sobre esta ideia que cada escola deve ter a sua área de transporte escolar, lembro que as universidades públicas portuguesas são melhores do que as privadas porque há competição. Será que a vantagem de Angra é ter duas escolas que, de alguma forma, compitam entre si?

Esse tipo de medida que, à partida parece razoável, acaba por prejudicar os alunos com menos capacidade, ou seja, aqueles que têm que utilizar o transporte público. Se for possível

em termos de filosofia do acesso às escolas, gostaria que a Câmara pensasse no impacto de um sistema global que permitisse aos alunos a liberdade de escolha da escola, nomeadamente aqueles que têm que utilizar o transporte público, porque assim se promoveria a concorrência e as escolas de Angra estão a subir no *ranking* açoriano.

Sr. presidente da Câmara – Não há nenhuma mudança em relação a esta matéria, que não é da competência municipal, mas sim da Direção Regional da Educação que toma as decisões, e os alunos nunca tiveram liberdade de escolha. O Governo Regional decidiu que os alunos de determinadas freguesias vão para uma determinada escola, mesmo que esteja localizada fora da sua posição geográfica. Não se trata de introduzir qualquer restrição adicional, mas de uma revisão das existentes, dando-lhes uma diferente configuração.

Em tempos houve liberdade de escolha no ensino secundário que, entretanto desapareceu. Quando reunimos com a DRE, foi-nos dito para onde iriam os alunos das várias freguesias e constatámos que os alunos que vêm da Serreta, passam pela escola Tomás de Borba em São Carlos e vão para o liceu, enquanto os que se deslocam de São Sebastião, vão para São Carlos. Há aqui muitas situações ilógicas e concordo que uma boa concorrência entre escolas do ensino secundário não faria mal nenhum, mas não se trata de uma decisão municipal.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Considero esclarecida a questão do concurso para técnico superior e ao mesmo tempo faço um apelo para que, aquilo que seja aprovado na Assembleia Municipal, corresponda exatamente ao que venha a constar posteriormente no concurso, algo a que o senhor presidente da Câmara já se comprometeu. Ao aprovarmos aqui um documento contendo a denominação «Ciências Sociais, Sociologia e Serviço Social», o concurso subsequente não poderá referir outros termos porque o referido documento teria que regressar formalmente à Assembleia Municipal para se mudar a designação, atrasando todo o processo e criando uma situação bem mais complexa do que parece à primeira vista. Vivemos uma tolerância, como o demonstrou hoje o senhor presidente da Mesa logo no início desta sessão – algo que agradeci – mas fica aqui o comentário.

Agradecendo também as declarações prestadas pelo senhor presidente da Câmara em relação ao terminal rodoviário, ao jeito de uma discussão filosófica antiga, dei comigo a refletir em determinado momento se deveríamos partir do sistema para o terminal ou do terminal para o sistema, isto porque o terminal está praticamente pronto e agora é que vamos definir o sistema juntamente com as empresas de transporte e a Direção Regional da Educação.

Dá-me a ideia que o terminal deveria ser uma parte do sistema e não um ponto de partida para o sistema. Este meu comentário poderá resultar de menor informação da minha parte, mas talvez a escolha do local e a dimensão do terminal devesse depender de uma prévia definição do sistema.

Termino esta minha intervenção perguntando se, em função de informações mais recentes, existe já um calendário ou algumas novidades em relação à construção do mercado municipal de Angra do Heroísmo, algo que nos regozijaria a todos.

Sr. presidente da Câmara – Agradeço a leniência do senhor deputado Carlos Costa Neves quanto à outra questão. É óbvio que também não fiquei satisfeito e prometo prestar mais atenção ao que se escreve porque às vezes assinamos sem ler todos os pormenores. Se tivesse pensado em «Ciências Sociais», teria visto que está tudo incluído, até porque tenho uma formação nessa área, por isso faria pouco sentido estar-se a tomar o todo pela parte e a parte pelo todo; foi o que aconteceu, não gostei e espero que não volte a acontecer.

O terminal de autocarros não é a parte final, mas sim o princípio; foi pensado em função do sistema e a sua ligação com o principal parque de estacionamento de viaturas da cidade de Angra é o resultado lógico do investimento que se tem feito em termos de acessibilidades, em particular do estacionamento. O objetivo é que as pessoas deixem o carro no Bailão e possam apanhar o autocarro que as levará ao destino final no miolo da cidade.

O terminal não nasceu isolado; tem aquela localização devido à configuração da cidade em função de investimentos anteriores e estudos de tráfego que foram feitos há anos e apontavam para essa solução. O que está agora em discussão é o número de autocarros, as rotas e a bilhética que é outra questão essencial. Se eu adquirir um bilhete para viajar dos Biscoitos até Angra, não faz sentido que compre outro para seguir, por exemplo, para o hospital. O bilhete que me trouxe até Angra tem que me levar ao meu destino final, o que implica questões de informática e de bilhética que estão a ser resolvidas. Foi esse o estudo relativo à otimização das rotas que foi encomendado e nos foi já entregue pela YOKI, uma empresa da DEUTSCHE BAHN.

É preciso que fique bem claro que não estamos a fazer nada ao contrário; estamos a dar execução a um projeto que tem décadas e a dimensão do terminal foi pensada em função da população da ilha. Está preparado para operar com seis autocarros dos grandes ou oito dos pequenos em simultâneo ou ainda qualquer combinação intermédia, um número muito superior ao que se espera que venha a acontecer, ou seja, é necessário que o uso do transporte público se multiplique várias vezes para que algum dia se esgote esta capacidade. Se tal acontecer, será um sinal de grande êxito dos transportes públicos mas, de acordo com a nossa evolução demográfica e a atual utilização dos autocarros, diria que o terminal estará ainda devidamente adequado lá para o ano 2100 porque tem as características adequadas para o que é espectável no seu período de vida útil.

Foram dados alguns passos positivos nos últimos tempos no que diz respeito ao mercado municipal. Custa-me dizer isto, porque já o fiz e as coisas voltaram para trás, por isso prefiro anunciar-vos algum dia que o assunto foi finalmente resolvido. Com todas as incertezas e não pondo de lado a possibilidade de alguma coisa correr mal, a nossa expectativa é que seja lançado o concurso público no mês de janeiro para a execução da obra mas vamos ver o que acontece.

Não vos posso anunciar uma data, o que posso dizer é que a Câmara Municipal continua a esforçar-se para que tudo aconteça o mais rapidamente possível mas este é um processo dificultoso com imensos escolhos, alguns já eliminados. O que tem acontecido é que, quando resolvemos uma situação, aparecem-nos logo mais duas, por isso vamos ver o que o futuro

nos reserva. Se nada acontecer em contrário, estimamos que a publicação do lançamento do concurso em Diário da República e no Jornal da União Europeia aconteça algures no mês de janeiro.

A informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada. (83/2022/AMAH).

1.2 – Aplicação do regime de derrama para 2023. Para autorização do órgão deliberativo nos termos da alínea d) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Não há qualquer alteração em relação ao que tem vigorado nos últimos anos. Pretende-se manter a derrama como até agora com isenção total das empresas que tenham a sua sede fiscal no nosso concelho.

O documento constante do Ponto 1.2 foi aprovado por unanimidade. (84/2022/AMAH).

1.3 – Proposta de taxas do IMI – Imposto Municipal de Imóveis para 2023. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 112.º - A, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Sr. presidente da Câmara – Estamos a manter rigorosamente tudo o que tem estado em vigor nos últimos anos, sabendo que haverá potenciais alterações no IMI na área central da cidade mas com uma redação que não conhecemos e com um impacto que sabemos que não existirá porque este imposto é liquidado em função do ano anterior.

O município receberá em 2023 a liquidação correspondente a 2022, o que será feito com a interpretação da legislação que está em vigor. Não haverá alteração à receita de IMI em 2023, por isso é que a previsão da receita contida no orçamento é feita com base nas médias e nos valores de manutenção.

A potencial alteração do IMI terá apenas impacto no orçamento de 2024. Caso saia na lei que ainda não foi publicada, a redação que foi proposta pelos municípios envolvidos, a competência para fixar as taxas passa pela Assembleia Municipal, um debate que teremos na devida altura. Estamos assim a partir para este orçamento como se nada tivesse acontecido, mantendo todas as premissas que têm estado em vigor nos anos anteriores.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Quem define as dissonâncias arquitetónicas?

Sr. presidente da Câmara – Dando-lhe uma resposta óbvia, em princípio será o município mas tudo dependerá da redação final da lei que será publicada dentro de algumas semanas e por uma questão de prudência não deveríamos estar aqui a debater sobre pressupostos. Esta Assembleia voltará a reunir no dia 10 de fevereiro e nessa altura, perante uma redação conhecida de todos, poderemos fazer um debate bem mais útil.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Partilho da opinião do senhor presidente da Câmara, que referiu já em termos públicos a necessidade de uma análise mais consolidada, mas a verdade é que, nos documentos que estão disponíveis na «nuvem» e estão aqui em discussão, salvo

erro é referido o pagamento de IMI na zona classificada com um minorante de 60%. Falando em nome deste grupo municipal, parece-me que fará sentido manter-se o regime anterior com a isenção total no centro histórico até à publicação da lei. Gostaria de saber a opinião do senhor presidente da Câmara sobre esta matéria e se consultou a Junta de Freguesia da Sé, a que sai mais penalizada com esta situação.

Sr. presidente da Câmara – O texto é exatamente o mesmo que esteve em vigor nos últimos anos e nunca aceitámos que isto tivesse sido feito assim porque viola a autonomia municipal. Nós e todos os outros municípios envolvidos, mantivemos as normas que estavam em vigor porque são justas, razoáveis e permitem distinguir o que é bom do que é mau. Já manifestei a minha opinião múltiplas vezes publicamente e perante esta Câmara e nada me levará a alterá-la.

Sou favorável a que se premeie quem mantenha as suas casas em consonância com os objetivos da zona classificada e se penalize os que não cumprem, mas o IMI deve ser cobrado com as devidas regras. Se for essa a redação da lei, a situação deve ser analisada e debatida nesta Assembleia no sentido de se criar um regulamento que permita minorantes e majorantes em função do real estado de cada um dos prédios.

Com todo o respeito, a minha opinião não depende da opinião da Junta de Freguesia da Sé. Quanto mais dinheiro a Câmara tiver, mais terá a Junta de Freguesia, que em nada sai prejudicada, e falei por diversas vezes com a senhora presidente sobre esta matéria. Tem sido esta a minha posição desde o início deste debate há dois ou três anos, que manifestei também publicamente durante o período eleitoral. Foi sufragada pelo povo deste concelho, por isso não tenho qualquer razão para alterá-la ou escondê-la.

Esta matéria deve ser deliberada em função da situação de cada um dos imóveis. Se a lei nos der essa possibilidade, a Câmara apresentará aqui essa proposta na mesma linha que o senhor deputado Tomás Dentinho tinha já apresentado. Deve distinguir-se quem cumpre e quem não cumpre para se tentar levar as pessoas a adotar determinados comportamentos em relação aos seus prédios.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – É isso que penso em termos gerais e também propus que o IMI deve ser reduzido quando alguma casa não usufrua daquilo que é devido em termos de passeios, parqueamento e outros serviços públicos. O assunto merece de facto alguma reflexão, sobretudo em termos dinâmicos, porque o IMI é um elemento fundamental para irmos protegendo a zona classificada, acompanhando também o próprio desempenho da Câmara. É isso que nos cumpre fazer a longo prazo com um sentido de justiça geral.

Sr. d. m. José Toste – Boa tarde senhor presidente e demais elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

A proposta que está a ser aqui discutida e será posta à votação não traz grandes alterações relativamente à situação para o próximo ano e sempre nos manifestámos favoráveis a que a Câmara Municipal fixe o IMI pela taxa mínima.

Quanto à outra questão de futuro, que não tem diretamente a ver com o que está hoje aqui em discussão, lembro que a posição deste grupo municipal do Partido Socialista vai contra uma isenção total do IMI, tendo como único fundamento a localização geográfica do imóvel, mas mostramos abertura para aprovarmos de forma concertada os majorantes e minorantes consoante o estado de conservação do imóvel de acordo com a margem que venha a ser dada aos municípios. Entendemos que a localização do imóvel não é propriamente um direito, mas sim um privilégio e somos contra privilégios. Os direitos devem vir sempre acompanhados dos deveres e sempre que se verifique um investimento num imóvel, o mesmo deve refletir-se no valor do IMI pago pelo proprietário.

Gostaria de lembrar que existem outros sistemas de incentivo à manutenção dos imóveis localizados no centro histórico, nomeadamente através da Direção Regional da Cultura, que apoia e compensa os proprietários pelos custos acrescidos das obras que têm que realizar, tendo em consideração a necessidade de manutenção da traça do imóvel. Estes apoios devem ser complementados com reduções no IMI de acordo com o investimento feito e não apenas em função da localização geográfica do imóvel.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – As moedas têm duas faces, sendo uma delas as obrigações acrescidas por parte dos cidadãos possuidores de património habitacional na cidade. Partindo do princípio que cumprem, esses cidadãos devem usufruir de um qualquer benefício por estarem obrigados a mais restrições e regras do que aqueles que vivem fora do centro histórico. É esta a nossa base e estamos disponíveis para o debate; se o iniciarmos com diferentes pontos de partida, espero que nos encontremos a meio caminho na procura de soluções para os que não cumprem.

O grupo municipal da Coligação nesta Assembleia Municipal vai abster-se nesta votação visto que a Câmara Municipal está neste momento impossibilitada de tomar decisões definitivas nesta matéria e os cidadãos moradores no centro histórico desta cidade património cultural da humanidade entram no ano 2023 desconhecendo o seu tratamento fiscal em termos de IMI.

Sublinhando mais uma vez que não se trata de uma responsabilidade deste ou de outro qualquer município do país, em termos de fiscalidade é algo inaceitável para nós porque começamos o ano sem saber o que vamos pagar por ele.

Sr. d. m. José Toste – Recordo que está a votação neste ponto da Ordem de Trabalhos, apenas o valor da taxa a aplicar e não as isenções relativas ao IMI, porque há muitas mais para além da localização dos imóveis no centro histórico da cidade. Não deixa também de ser curioso que uma posição de abstenção relativa à aprovação da taxa mínima do IMI contraste com as taxas de IMI praticadas no outro concelho da ilha que, de acordo com notícias que foram tornadas públicas, rondarão os valores máximos.

No que diz respeito à relação entre a isenção de IMI e outros possíveis ónus, recordo que além dos que estão localizados no centro histórico, qualquer outro imóvel tem restrições ao nível da construção. Refira-se que existe uma área denominada zona de contenção à volta do centro histórico, à qual são também aplicadas determinadas regras urbanísticas de

construção. Esta cintura urbana nunca beneficiou de qualquer isenção em termos de IMI, apesar de obedecer a regras diferentes das que são aplicadas em zonas mais distantes da cidade.

A cidade de Angra é património mundial há muitos anos e nunca houve verdadeiramente uma relação entre a isenção que surgiu em 2018 com efeitos retroativos a 2016 e o ónus relativo à construção porque os imóveis localizados no centro histórico são já apoiados pelo Governo Regional em termos de obras de remodelação dos telhados, da pintura ou da colocação de portas e janelas em madeira para a manutenção da traça do edifício. A questão é saber se os proprietários que não fazem essas obras, devem continuar a beneficiar da isenção de IMI apenas pela localização geográfica do imóvel. É aqui que nos parece haver um privilégio.

Evidenciar os aspetos negativos como fundamento para a isenção do IMI é esquecer os benefícios decorrentes da localização dos imóveis e da facilidade de acesso a um conjunto de infraestruturas existentes no centro histórico da cidade.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Parece-me que conseguiremos chegar ao início de um diálogo. É importante esclarecer que o valor do IMI correspondente a 2022 será pago em 2023 e o valor desse ano será pago no ano seguinte. Se me dizem que a isenção total na zona classificada se manterá em 2023, pois muito bem, haveremos de discutir o assunto em momento mais oportuno.

Quanto aos valores do IMI do outro concelho da ilha, em vez de nos dar vontade de rir, é uma situação que nos preocupa, por isso acho que devemos enviar uma mensagem de solidariedade ao executivo desse município que neste momento está a arcar com uma dívida brutal que é do conhecimento de todos.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – É bom que o município tenha autonomia mas convém também lembrar que, com a redução do IMI, passou a ser vantajoso vir para a cidade. Não se pode andar a mudar o valor do IMI para a frente e para trás porque se torna complicado em termos de gestão urbana e o valor que as pessoas têm muda completamente o valor das casas. O que for apresentado nesta Assembleia no próximo mês de fevereiro deve ser algo de longo prazo para que o centro da cidade seja habitado, os proprietários cumpram as suas obrigações e se mantenha a traça tradicional dos edifícios para atrair a vinda de pessoas para cá.

É preciso alguma reflexão porque estas idas e vindas de taxas têm implicação no valor das pessoas e na estrutura urbana. É muito bom termos a cidade classificada mas o excesso de detalhe exigido na altura fez com que as pessoas fossem, de alguma forma, estragar as quintas de São Carlos ou ocupar outros quarteirões em Angra, tornando algumas casas inabitáveis.

É preciso aprendermos com os erros do passado para podermos ter agora taxas de IMI bem desenhadas que sejam entendidas pela população e efetivas em termos do desenho urbano que se pretende. Percebo o que diz o doutor Carlos Costa Neves mas a proibição é

apenas um dos instrumentos de gestão urbana porque a taxa também o é. O que se faz com alguém que não cumpre? Faz-se a demolição do edifício?

São variados os instrumentos de gestão urbana que devem estar em cima da mesa e a calibração das taxas é mais importante do que a questão da justiça relativa e pontual. É este o critério que devemos aplicar porque há mais freguesias além da Sé e as pessoas mudam de casa.

O turismo é outra questão muito importante, eventualmente relacionada com esta, para a qual não tenho resposta. O que está a acontecer em grande parte das cidades bonitas da Europa é que, às tantas, os AIRBNB expulsam as pessoas dos centros das cidades, por isso o critério de residente ou não residente no centro histórico parece-me um elemento a ser também considerado. Até fevereiro, talvez encontremos uma forma de pensar em algo que faça mais sentido em termos de gestão urbana no longo prazo.

A proposta constante no Ponto 1.3 foi aprovada por maioria com 30 votos a favor (21 do PS e 9 do PSD) e 9 abstenções (5 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM). (85/2022/AMAH).

1.4 – Proposta de fixação em 0,25% o percentual da taxa municipal de direitos de passagem para 2023. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro e do artigo 18.º do Regulamento Municipal de Taxas de Angra do Heroísmo.

Sr. presidente da Câmara – Tal como o ponto anterior, não há qualquer alteração em relação ao que está em vigor.

A proposta foi aprovada por unanimidade. (86/2022/AMAH).

1.5 – Não atualização da Tabela de Taxas da Câmara Municipal para 2023. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Apesar da inflação, cuja continuação se prevê para o próximo ano, pretendemos manter os valores das taxas em vigor no município.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (87/2022/AMAH).

1.6 – Tarifário da Câmara Municipal para 2023. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Dá-se conhecimento a esta Assembleia que a Câmara deliberou por unanimidade não atualizar o seu tarifário, ou seja, os preços da água e dos resíduos manterão os valores fixados em 2011, o que significa que estamos a subsidiar as famílias e a atividade económica do concelho em cerca de 2 milhões de euros. Temos capacidade financeira para o fazer e este será o nosso principal contributo para o combate à inflação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (88/2022/AMAH).

1.7 – Relação dos processos de execução plurianual. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Damos conhecimento à Assembleia dos projetos que não foram concluídos, estão em curso e terão necessariamente que ser incluídos no orçamento do próximo ano. Isto corresponde aos tais 15% de não execução e há projetos plurianuais que terão necessariamente continuação em 2023.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (89/2022/AMAH).

1.8 – Tarifário da TERAMB EM para 2023. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Em boa parte, aquilo que teria que dizer neste ponto, já o fiz há pouco quando referi a situação financeira da TERAMB na apresentação da atividade municipal. Uma análise económica da empresa apontava para aumentos da tarifa na casa dos 25% mas os municípios da ilha acordaram em aumentar o tarifário em apenas 15%. Como reflexo do que foi apresentado há pouco, o tarifário para a recolha de resíduos em Angra do Heroísmo não sofrerá alterações porque o município pagará a diferença aos seus munícipes.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (90/2022/AMAH).

1.9 – Plano de Atividades e Orçamento para 2023 da TERAMB, EM. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

Sr. presidente da Câmara – O Plano de Atividades da TERAMB consiste basicamente na manutenção e na boa gestão da empresa, continuando a grande revisão dos investimentos que está em curso neste momento. A incineradora está a funcionar em excelente laboração na sua produção máxima e espero que a EDA, no fim do mês, não fique com a energia sem a pagar. Quanto às minutas constantes nos pontos 1.10 e 1.11 da Ordem de Trabalhos desta Assembleia, mantém-se exatamente e sem qualquer alteração o que aconteceu nos anos anteriores.

O documento constante do Ponto 1.9 foi aprovado por unanimidade. (91/2022/AMAH).

1.10 – Minuta de contrato programa entre a TERAMB, EM e os Municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória para o ano de 2023. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

O documento constante do Ponto 1.10 foi aprovado por unanimidade. (92/2022/AMAH).

1.11 – Minuta de contrato de prestação de serviços – TERAMB, EM. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

O documento constante do Ponto 1.11 foi aprovado por unanimidade. (93/2022/AMAH).

1.12 – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2023, apresentando os seguintes valores:

Orçamento:

- Receitas correntes: 26 721 635,00 € (vinte e seis milhões, setecentos e vinte e um mil, seiscentos e trinta e cinco euros).
- Receitas de capital: 12 953 906,00 € (doze milhões, novecentos e cinquenta e três mil, novecentos e seis euros).
- Receitas não efetivas: 631 037,00 € (seiscentos e trinta e um mil e trinta e sete euros).

Total geral das receitas: 40 306 578,00 € (quarenta milhões, trezentos e seis mil, quinhentos e setenta e oito euros).

- Despesas correntes: 20 324 312,00 € (vinte milhões, trezentos e vinte e quatro mil, trezentos e doze euros).
- Despesas de capital: 18 652 255,00 € (dezoito milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta e cinco euros).
- Despesas não efetivas: 1 330 011,00 € (um milhão, trezentos e trinta mil e onze euros).
- Despesa inscrita nas Grandes Opções de Plano:

Grandes Opções do Plano: 26 984 912,00 € (vinte seis milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e doze euros).

Total geral das despesas: 40 306 578,00 € (quarenta milhões, trezentos e seis mil, quinhentos e setenta e oito euros).

O mesmo orçamento contém o mapa de pessoal da Câmara Municipal para 2023, o plano de formação para 2023, as normas sobre a execução orçamental, o balanço previsional, a demonstração de resultados previsional e a demonstração de fluxos de caixa previsional. Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos alínea a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Do ponto de vista da receita, temos um aumento das transferências do Estado em cerca de 1,1 milhões de euros, um valor que é já sabido e seguro apesar do Orçamento de Estado não estar ainda em vigor. Corresponde essencialmente aos aumentos das despesas com pessoal, induzidas também por medidas tomadas pelo Governo da República no que diz respeito às progressões e estruturações de carreiras. Desse ponto de vista estamos numa situação de equilíbrio.

O orçamento aparece anormalmente elevado mas é apenas uma aparência porque temos aqui 10 milhões de euros que são uma verba consignada; consta no orçamento mas apenas será executada do ponto de vista da receita e da despesa em função do que vier a ser realizado no PRR Habitação. Apesar de esta alteração estar relacionada com a evolução da despesa com pessoal, o nosso orçamento mantém-se estável em relação aos anos anteriores. É bom que todos saibamos que estes 10 milhões de euros são um dinheiro livre que o município não pode usar para o que quer que seja, apenas na possibilidade de executarmos obras em habitação social. Na sua dimensão, o nosso orçamento é absolutamente consentâneo na mesma linha dos orçamentos dos anos anteriores.

Mantemos aqui as estradas como sendo o grande objetivo do ano, esperando melhor sorte do que a que tivemos este ano. As questões do asfalto são uma das grandes necessidades do concelho e representam a maior fatia do ponto de vista do investimento porque a substituição do pavimento implica também a substituição da rede de abastecimento de água. Pretendemos eliminar este ano todos os troços de fibrocimento ainda existentes para passarmos a ter uma rede totalmente moderna.

O outro grande investimento possível é a construção do mercado municipal que provavelmente não terá grande expressão este ano porque estamos num regime de construção/conceção. Mesmo que a adjudicação aconteça relativamente cedo no ano, a primeira fase corresponde a questões de ajustes de projeto que não implicarão um grande consumo financeiro. Ainda assim, quero informar esta Assembleia que o município precisará eventualmente de recorrer ao crédito porque nesta altura o preço estimado da obra aproxima-se já dos 10 milhões de euros. Se estes valores vierem a confirmar-se, teremos provavelmente que recorrer ao crédito em cerca de 5 milhões de euros, o que me leva a informar esta Assembleia que estamos a atingir neste momento uma situação em que o *stock* da dívida começa a ser relevante para o funcionamento do município.

No fim do ano que vem, a dívida da responsabilidade do município andará em torno dos 2 milhões de euros, um valor que não tem muito significado ou qualquer peso num orçamento desta dimensão. A maior parte do *stock* da dívida, cerca de 5 milhões de euros, é referente à habitação social e começa a ser também relativamente irrelevante. Lembro que se trata de uma dívida excecionada que não conta para o estabelecimento dos limites de endividamento do município porque é paga integralmente por entidades externas, ou seja, pelo Governo Regional e pelo IHRU. O município efetua o pagamento aos bancos e depois é ressarcido dessa despesa.

A capacidade de endividamento do município aproxima-se dos 30 milhões de euros, por isso não temos qualquer dificuldade em assumir a possibilidade de recurso ao crédito, que fica também condicionado a um conjunto de outras questões que têm a ver com a evolução das receitas e das despesas. Se tivermos um bom ano financeiro em 2023 – o que espero que aconteça – poderemos até ser capazes de encaixar a construção do mercado municipal sem a necessidade de recorrer ao crédito, à semelhança do que estamos a fazer este ano com a obra

da Igreja das Concecionistas em que estamos a pagar as prestações antecipadamente porque temos essa disponibilidade financeira.

Uma outra obra de grande dimensão que gostaríamos de ver iniciada este ano é a instalação do equipamento no Centro Interpretativo que dependerá da abertura do quadro comunitário e das elegibilidades. Estamos à espera para sabermos para que lado seguir, mas estimamos uma despesa de cerca de 1,6 milhões de euros. É um investimento que se pode fazer rapidamente mas em função da disponibilidade de fundos comunitários para evitarmos onerar o município com essa despesa.

Quanto a outras obras de alguma dimensão, temos a construção do novo reservatório de água para fins de segurança na zona da Fonte da Telha para garantirmos que não haverá dificuldades na hipótese da ocorrência de um sismo ou outra situação qualquer que leve a uma interrupção do fornecimento de energia elétrica durante períodos alargados. Este reservatório não é necessário para a normal operação do sistema mas será uma reserva estratégica gravítica, visto que a água corre a partir daquele ponto para a generalidade da zona urbana sem a necessidade de utilização de bombas, o que nos permitirá encarar com outra segurança o abastecimento de água numa situação de anomalia no funcionamento da rede elétrica. O projeto está feito e em condições de ser lançado mas dependerá do que acontecer na abertura dos fundos comunitários.

Um outro investimento de alguma dimensão que foi já autorizado por esta Assembleia é a recuperação do edifício aqui ao lado. Vamos substituir também as janelas e o teto do edifício dos Paços do Concelho porque temos um problema de térmitas e é necessário tomar algumas medidas preventivas porque não queremos que alastrem a este belíssimo soalho.

Dado que este investimento tem a ver em parte com a boa gestão da eficiência energética neste edifício, tencionamos arrancar em breve com a criação de um parque solar comunitário na zona da praça de touros destinado aos habitantes da zona classificada que estão virtualmente excluídos de participarem nas questões de produção de energia elétrica fotovoltaica doméstica porque a legislação não lhes permite a colocação de painéis solares. O projeto está pronto e a lei permite que essa produção energética seja imputada à residência do subscritor, mesmo estando localizada noutra zona. Ainda na área da energia, temos também a necessidade de proceder a uma intervenção de grande vulto no teto do pavilhão municipal.

Vamos continuar com os investimentos nas calçadas que têm que avançar de forma lenta e comedida para não causarem demasiada perturbação no funcionamento da cidade. Quando terminarmos na Ladeira de São Francisco, tencionamos iniciar na Rua do Galo que está também a precisar de uma intervenção, além da reformulação do Alto das Covas que tem o pavimento em péssimo estado com zonas em que os carros mais pequenos como o meu, passam já perigosamente junto à calçada que apresenta grandes irregularidades.

Uma outra área que tem implicado grandes investimentos por parte do município é a cooperação com as juntas de freguesia que este ano terão um aumento de 15% nas transferências no início do ano, podendo aparecer mais isto e aquilo ao longo do ano.

Precisamos de resolver uma situação em quatro das nossas freguesias do extremo oeste do concelho no maciço de Santa Bárbara. Os Altares, o Raminho, a Serreta e as Doze Ribeiras têm problemas com aquelas pequenas nascentes na serra de Santa Bárbara, as chamadas «Águas Velhas», às quais a Câmara não está a conseguir dar uma resposta adequada com o seu pessoal por se tratar de tecnologias diferentes – as antigas arquinhas – por isso vamos transferir a competência para essas juntas de freguesia. Cada uma receberá uma verba de 15 mil euros de financiamento adicional que permitirá uma operação mais eficaz dessas águas.

Ontem foi possível chegar a um entendimento com o IROA no sentido de se fazer um investimento para melhorar a segurança no abastecimento de água à lavoura nessas mesmas freguesias desde a Serreta a Santa Bárbara que são as mais críticas neste momento. O IROA tem condições para avançar com um investimento razoável em cooperação com o município, por isso vamos tentar resolver esse problema de uma forma mais substancial.

Falei apenas nas obras mas as bolsas de estudo e o apoio social estão a consumir nesta altura uma percentagem muito razoável do nosso orçamento. A colaboração com as instituições sem fins lucrativos do concelho consome já cerca de 1,5 milhões de euros por ano, valores muito significativos que vamos manter e pretendemos até reforçar em algumas áreas.

Peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra à senhora vereadora Fátima Amorim para nos falar com mais pormenor do 1.º Direito e da utilização das verbas do PRR que têm também um peso muito substancial neste orçamento.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Fazendo um ponto da situação acerca dos trabalhos realizados nestes cinco meses após a assinatura do acordo de colaboração com o IHRU, posso informar esta Assembleia que foi já feito muito trabalho para que depois seja possível executar os devidos investimentos nas habitações.

Como referi na última sessão da Assembleia Municipal, foram já notificados os 190 beneficiários diretos, sendo que 93 demonstraram interesse em reabilitar as suas habitações. Este trabalho tem sido feito em colaboração com as juntas de freguesia que nos ajudaram a identificar os beneficiários que tinham sido já previamente identificados no diagnóstico que consta na Estratégia Local de Educação. Como não obtivemos resposta por parte de mais de 90 beneficiários, estamos a contactar novamente as juntas de freguesia para que nos identifiquem as situações de carência habitacional possíveis de resolver através do 1.º Direito. No início do mês de janeiro vamos pedir aos 93 beneficiários que mostraram interesse na reabilitação das suas habitações, que se desloquem novamente à Câmara para que, juntamente com a nossa equipa, sejam preparadas as candidaturas de reabilitação das suas habitações.

Ao longo destes cinco meses foi feito um trabalho pormenorizado em metade das habitações sociais do município para a identificação de problemas ao nível da eletricidade e da canalização de água, além de outras situações do âmbito social que temos que resolver para que possamos cumprir os prazos em termos de eficiência energética.

Os gabinetes de projetistas entregaram-nos os projetos de execução referentes à habitação da Serreta e às habitações da Feteira. O gabinete que tem a seu cargo o bairro de São Bartolomeu, entregou-nos já a primeira fase do processo que estamos a analisar porque existem questões complexas ao nível dessas habitações devido a construções que foram feitas sem a autorização da Câmara. Temos que verificar se essas construções cumprem os parâmetros urbanísticos definidos em termos legais para que depois seja possível aprovar o projeto de execução e lançar o concurso. Há ainda muito a fazer quanto ao bairro do Lameirinho mas temos um gabinete a trabalhar no sentido de se avançar no terreno para a identificação das necessidades lá existentes.

Em cinco meses foi feito um levantamento exaustivo pelos técnicos da Câmara e da área da habitação social em 219 habitações sociais. Além dos trabalhos dos arquitetos e dos engenheiros é preciso resolver também as questões sociais de sobrelotação existentes em cada uma dessas habitações, além de muitas outras situações de âmbito social.

Foram identificadas habitações pertencentes às juntas de freguesia, sendo que algumas estão já a trabalhar nos projetos de execução para que possam ser submetidos no início do ano ao sistema de informação do IHRU.

Tínhamos uma verba destinada ao subarrendamento mas temos tido alguma dificuldade em encontrar casas disponíveis. Caso o arrendamento não seja possível, estamos a equacionar uma possível alteração no sentido de redirecionarmos esta verba para a construção de novas habitações.

Na Estratégia Local de Habitação não estão apenas identificadas as situações ao nível do 1.º Direito. Ao longo destes últimos meses temos implementado também outras medidas importantes para a população do concelho, como aquela que foi aprovada nesta Assembleia acerca do arrendamento.

Temos neste momento, 54 candidaturas aprovadas que totalizam aproximadamente 30 mil euros de apoio anual, além do aumento do apoio em pequenos investimentos na melhoria das condições de habitação que este ano ultrapassam já os 200 mil euros.

Muito tem sido feito nos últimos cinco meses pelos técnicos da Câmara em articulação com os gabinetes de arquitetura que nos vão disponibilizando os projetos de execução para podermos lançar os concursos. Sem fazermos primeiro os levantamentos das situações a que somos obrigados, não podemos lançar os concursos e executar os investimentos.

Sr. presidente da Câmara – Penitenciando-me por me ter esquecido de o dizer há pouco, o quadro do pessoal faz também parte do documento em debate. Temos neste momento 334 postos de trabalho no município, 326 trabalhadores em serviço efetivo e os restantes estarão no exercício de funções políticas, de licença sem vencimento ou requisitados para outros serviços. Tendo em conta a idade das pessoas, contamos ter cinco aposentações no próximo ano mas tudo dependerá de outras situações e da vontade dos próprios.

Para evitarmos ter que solicitar a sua abertura ao longo do ano, estão já contidas no documento seis novas vagas: um assistente técnico da área da contabilidade e um técnico

superior da área de arquitetura. Temos tido alguns atrasos na aprovação de projetos e chegámos à conclusão que poderíamos usar mais um arquiteto no urbanismo. As restantes vagas referem-se a três assistentes operacionais para o canil e para a limpeza urbana. Para sermos mais transparentes e evitarmos todo o trabalho de concurso, pretendemos utilizar a reserva de recrutamento e chamar – caso ainda se mantenham interessados – os próximos que estão na lista ordenada dos concursos que terminaram há poucos meses.

Pela questão da transparência que há pouco referi sobre esta matéria, estamos a abrir também uma vaga para a área da gerontologia, dado que fomos assumindo ao longo dos anos uma atividade cada vez maior na animação dos centros de convívio com um trabalho notável por parte desta equipa junto dos idosos. O concurso é público e obedece a todas as regras mas é bom lembrar que há uma pessoa que presta serviço nesta área há mais de uma década através da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo. Resolvemos abrir esta vaga na gerontologia para eventualmente se regularizar esta situação mas podem concorrer outras pessoas desta área.

Com toda a transparência, são estas as vagas disponíveis para o ano que vem e foi também colocada no lugarinho certo, a descrição correta da outra vaga referida anteriormente.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Os orçamentos da Câmara Municipal de Angra dos últimos anos têm sido contidos, equilibrados e poupados. Quando as obras tardam em avançar, como é o caso do terminal de autocarros que vem sendo prometida desde o primeiro mandato, é natural que se vá poupando a conta-gotas, além de algumas vantagens derivadas das contingências que temos vivido desde há dois anos provocadas pela pandemia da Covid-19, mas não podemos adiar eternamente determinadas questões.

Olhando para as GOP que abrangem diversas áreas, relembro a questão levantada pelo senhor deputado Carlos Costa Neves acerca da mudança do sistema e da construção da central de autocarros. Fala-se dos investimentos nas escolas e da intervenção no Alto das Covas onde será colocada a estátua, (que poderia ficar no local onde estava antigamente o palanque do polícia sinaleiro), que não deve ser do conhecimento dos mais novos, mas alguns de nós têm boa memória dele.

Estas questões carecem de uma estratégia mais ampla, coordenada e melhor divulgada. As intervenções que virão a ser feitas no Alto das Covas têm forçosamente que influir com os investimentos nas escolas municipais que, por sua vez, terão que ser coordenados com os transportes coletivos que dependem de uma coordenação da parte do Governo Regional.

Pelo que percebi das palavras do senhor presidente da Câmara, a zona entre a Ribeirinha e São Mateus será de responsabilidade municipal e dali até aos Biscoitos, a competência caberá ao Governo Regional. Haverá ali um novo terminal de autocarros ou serão feitos acordos? Há situações em aberto que terão que ser articuladas com muito bom senso.

Existe um conjunto de opções nestas GOP que carecem da tal visão do sistema que aqui foi referida. Todos nos queixamos do trânsito mas vamos reconhecendo que é impossível

alterar certas situações porque a cidade está condicionada por um eixo central de acesso e tudo o resto deve ser orientado à sua volta. Parece-me ser esta a interligação que deveríamos ver refletida nestes documentos.

Os 10 milhões de euros do PRR há pouco referidos estão refletidos neste documento para o ano 2023. Pelas minhas contas e tratando-se de 93 famílias, isto resultará num investimento aproximado de 110 mil euros por domicílio, supondo que cada família terá a sua habitação. Ora, como referiu há pouco o senhor presidente da Câmara a respeito dos cimentos e dos valores do aço, todos temos conhecimento da falta de materiais e da grande dificuldade em encontrar mão-de-obra especializada na área da construção civil e pelo que percebi das palavras da senhora vereadora, não foram ainda lançados os concursos para a execução das obras.

Supondo que as adjudicações estejam prontas em março, restarão nove meses para a concretização de investimentos em 90 habitações. Tendo em conta que as mesmas não serão construídas lado a lado e no mesmo quarteirão, pergunto se não faria mais sentido apresentar metade deste valor, sendo certo que estes investimentos deverão estar concluídos até 2025.

O financiamento da Estratégia Local de Habitação através do PRR parece-me uma oportunidade interessante mas a Câmara apenas será ressarcida destes valores se os conseguir executar. Sabendo que há concursos na administração regional e noutras autarquias que estão a ficar vazios devido à falta de mão-de-obra e de capacidade de resposta por parte das empresas, pergunto se a Câmara será capaz de concretizar as intervenções nestas 90 casas ou em mais outras 90 ou 100, tendo em conta que entraremos em 2023 daqui a duas semanas e os prazos de conclusão terão que ser cumpridos até 2025.

Não estive presente no dia da discussão da Estratégia Local de Habitação – que considero bem feita – apenas questiono a declinação do seu financiamento num instrumento de gestão anual que é o Plano 23. Pergunto se, na opinião da Câmara, estas verbas são realistas, sendo certo que a receita só virá quando for feita a despesa.

Sr. presidente da Câmara – Poderíamos ter colocado aqui 93 milhões de euros porque o valor é apenas uma estimativa daquilo que julgamos ser possível, não só para as 93 casas dos particulares, mas também para os nossos próprios bairros e para as casas dos bairros dos outros beneficiários, nomeadamente as juntas de freguesia e outras instituições que venham a aderir a este processo, incluindo talvez algumas habitações do próprio Governo Regional, mediante um acordo que se está a tentar fazer no sentido de podermos financiar. Como era necessário colocar um valor, foi arbitrado com toda a transparência este número redondo de 10 milhões de euros, uma estimativa com o objetivo muito claro de se criar cabimento, caso contrário teríamos aqui o efeito de «pescadinha com o rabo na boca» em que não poderíamos lançar o concurso por falta de cabimento e, sem execução, não recebemos o dinheiro; por isso eu disse logo no princípio que se tratava de um orçamento anomalamente grande.

O orçamento da Câmara é de 30 e não de 40 milhões de euros. Vamos tentar executar rapidamente e da melhor maneira que pudermos e soubermos porque temos que o fazer até

março de 2026 de acordo com o contrato que temos assinado com o Governo da República. Se a execução não for possível, decerto não será por falta de esforço do nosso lado, e se for necessário reforçar a inscrição de verba até ao limite de 93 milhões de euros para dar cabimento aos concursos, traremos o assunto a esta Assembleia em qualquer uma das suas reuniões ao longo dos próximos meses.

Segundo o código dos contratos públicos, precisamos de cabimento para lançar os concursos mesmo que a probabilidade de gastar o dinheiro seja reduzida. É por essa razão que estão aqui os 10 milhões de euros e digo logo à partida que não se entusiasmem porque este não é o maior orçamento de sempre; é o melhor possível e estes 10 milhões estão aqui por causa desta contingência.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Lembro que aprovámos aqui a ideia de aumentar a capacidade do Centro Cultural para poder fazer congressos maiores, mas não vejo aqui refletido o respetivo projeto. Apresentei também, talvez à revelia do meu grupo municipal da Coligação, algumas ideias sobre a recuperação das zonas urbanas do Canta Galo, de São Pedro e da Memória, que não têm passeio, parqueamento decente nem as devidas infraestruturas públicas. Tudo isto exige um projeto e uma solução técnica para que alguém um dia não atropele ali um miúdo. Vamo-nos habituando com aquilo que temos e achamos que está bem mas os riscos de atropelamento nestas zonas é bastante grande.

A questão das bolsas merece, de facto, uma grande reflexão. A universidade tem 500 mil euros do Governo Regional para a tripolaridade mas este dinheiro, que vai todo para São Miguel, daria para algum fundo de maneio em Angra do Heroísmo e na Horta. Desconheço o perfil dos alunos mas penso que poderia ser feito um acordo com a Universidade dos Açores financiado pela Câmara acerca da procura de cursos lá fora. As pessoas teriam a universidade mais perto nos primeiros três anos, garantido a boa qualidade dos docentes.

Estamos numa fase em que há um grande número de doutorados no país sem emprego e muitos também na Terceira que não fazem uso direto dos seus cursos. O dinheiro que é aqui apostado faz com que as pessoas possam fazer o mestrado lá fora e continuem com uma ligação à ilha que reduza a possibilidade do tal *brain drain*.

Sr. presidente da Câmara – Está a ser colocada uma verba para reformulação do Centro Cultural e de Congressos que envolve a colocação de ventilação e ar condicionado, incluindo a adaptação das salas. O projeto do Canta Galo está pronto e vai ser colocado a concurso a breve trecho.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – O financiamento do PRR é um projeto de grande relevo que a todos deve interessar e preocupar. Lembro que, na última sessão da Assembleia Municipal, o grupo municipal da Coligação tinha solicitado o acesso ao cronograma de execução deste projeto mas ainda estamos a aguardar essa documentação, passados três meses.

O PSD Angra do Heroísmo, do qual faço parte, apresentou cerca de onze propostas para 2023 no valor total de cerca de 1 milhão de euros para a criação de um centro empresarial para empresas com atividade no setor agroalimentar, um projeto-piloto para valências de

creches e jardins-de-infância em colaboração com diversas instituições, rentabilizando os próprios edifícios escolares do município que se encontram encerrados e a promoção da fixação de pessoas e famílias nas zonas do concelho mais distantes.

Embora não haja cabimento orçamental, a outra proposta seria a reativação do Conselho Municipal para a Juventude, que não reúne há mais de cinco anos. As restantes propostas consistem na beneficiação e pavimentação da rede viária municipal, na promoção de uma oferta cultural itinerante com um programa a percorrer todo o concelho e na construção de um pavilhão desportivo, um parque de estacionamento na Ribeirinha, uma zona de lazer na Terra Chã e um parque de estacionamento em São Sebastião. Ainda a requalificação da zona balnear das Cinco Ribeiras e a instalação de iluminação pública no passeio entre a Igreja Velha e a Pousada da Juventude no Negrito em São Mateus.

Estas propostas seriam negociadas e conversadas entre a estrutura e o município, o que não aconteceu, por isso queria perceber se algumas delas foram acolhidas.

Sr. presidente da Câmara – Foram acolhidas todas as propostas coincidentes com o nosso programa eleitoral. O assunto foi debatido em Câmara Municipal e os senhores vereadores que representam os partidos da Coligação tiveram a oportunidade de participar nesse debate. Por não coincidirem com o nosso programa, algumas dessas propostas não serão concretizadas, mas foram todas devidamente consideradas e debatidas em Câmara Municipal, incluindo as que partiram do professor Tomás Dentinho.

Sr. d. m. José Toste – Dando conta da posição do grupo municipal do Partido Socialista relativamente à proposta de plano e orçamento aqui apresentada, destacamos o investimento que vai ser feito na habitação, uma verba extraordinária relacionada com o PRR que resulta de um esforço levado a cabo pelo executivo municipal ao candidatar-se a estas verbas que agora estão disponíveis neste orçamento e contribuirão para uma melhoria do parque habitacional dos munícipes do nosso concelho.

Importa também destacar o investimento previsto de 3,6 milhões de euros de fundos próprios na renovação das estradas e caminhos do município, um valor muito significativo e nada conservador quando comparado com a verba que está prevista no Plano e Orçamento do Governo Regional para investimentos na rede viária da ilha Terceira da responsabilidade da região.

Destacamos ainda a grande importância da continuação do investimento que é feito nas pessoas, designadamente ao nível do programa das bolsas de estudo que tem vindo a alargar-se com um número cada vez maior de candidatos ao ensino superior, algo que consideramos bastante positivo, assim como a verba prevista para a área social e para o apoio às instituições do município. A Câmara Municipal chega-se também à frente, dando uma importante resposta à falta de alguns apoios noutras áreas, designadamente ao nível do setor cultural.

Apesar de a falta de água na ilha Terceira e na região em geral, não ser propriamente problemática, consideramos também muito importante este investimento que será feito no reservatório de água como forma de prevenção numa eventual situação de catástrofe.

Apesar de ter vindo a repetir-se ao longo dos anos, o grupo municipal do Partido Socialista vê ainda com bons olhos o avanço relativo à construção do mercado municipal, que se reflete também neste orçamento e se aproxima cada vez mais da sua concretização.

Na discussão do orçamento anterior falou-se da necessidade de equipar o Centro Interpretativo. Ao vermos novamente inscrita uma verba para esse fim, gostaríamos que a mesma fosse executada no final do próximo ano porque, de facto, necessitamos de um Centro Interpretativo em Angra do Heroísmo que dê resposta ao aumento do fluxo turístico.

Por fim, gostaríamos de dar relevância também à evolução positiva no sentido da redução da dívida do município que garante um horizonte de sustentabilidade intergeracional, permitindo uma maior liberdade de execução a quem, futuramente, estiver à frente dos destinos da Câmara Municipal.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – É de louvar a verba destinada à habitação, considerando que o município por si só, conseguiu candidatar mais verba do que o anterior Governo Regional que, no âmbito do PRR, obteve apenas 60 milhões de euros para a região.

Sem querer voltar à discussão inicial desta Assembleia, convidaria o senhor deputado José Toste a analisar os relatórios de execução do investimento público dos anteriores planos regionais anuais do Governo Regional da tutela do Partido Socialista.

Quanto ao aumento do fluxo turístico em Angra, temos que perceber se reduzimos ou aumentamos o turismo. É um facto que o ano 2022 foi o melhor de sempre em termos de ligações, passageiros desembarcados, dormidas e proveitos para a ilha Terceira, por isso o investimento deve ser integrado e articulado entre todos os organismos públicos em termos locais e regionais.

Não encontrei qualquer menção no relatório municipal nem no Plano para 2023 acerca do protocolo de apoio financeiro que foi assinado há dias entre a Câmara Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo. Não sei se tal se deve ao facto de as verbas não estarem discriminadas, mas gostaria de conhecer os objetivos deste protocolo, o valor em causa e o período de vigência.

Sr. presidente da Câmara – O protocolo com os bombeiros faz parte do orçamento. Recordo que tínhamos já três protocolos separados, um sobre a assistência na época balnear, um para o funcionamento do quartel dos bombeiros nos Altares e outro de âmbito mais geral para o quartel de Angra do Heroísmo. Estamos a proceder à fusão destes três protocolos num protocolo único e a aumentar o valor em cerca de 60 mil euros devido à junção de um grupo de intervenção profissional permanente que funcionará durante o dia para permitir uma maior celeridade na resposta ao socorro. O protocolo não é novo, está a ser reformulado, será assinado nos próximos tempos e visa essencialmente consolidar os três já existentes.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Temos consciência que teremos um ano de 2023 incerto e complexo, provavelmente dos mais difíceis que vamos atravessar. Saímos da Covid-19, a segurança ao nível do continente europeu é o que vemos e a inflação ronda a média de 9,9%, mas temos a noção do que significam as médias estatísticas.

Ouvimos o senhor presidente da Câmara referir as dificuldades existentes acerca do custo dos materiais e do acesso à mão-de-obra. Tendo em conta o aumento da inflação, a Câmara Municipal tem um especial cuidado em não aumentar os valores de derrama, das taxas e das taxinhas, como forma de contributo para esbater as dificuldades que os cidadãos atravessam. Estamos de acordo com essa abordagem para atenuar os sacrifícios dos cidadãos mas lamentamos que não tenha havido mais compromisso e debate no que diz respeito à audição da oposição num período específico da elaboração deste orçamento.

O senhor presidente da Câmara respondeu-nos que apenas consta aquilo que fez parte da sua candidatura, mas não é bem assim porque há questões que constavam em ambas as candidaturas e o senhor está a considerar aspetos que, tanto quanto me recordo, não faziam parte da sua candidatura. Ainda agora falámos dos bombeiros e existem outras situações que o senhor presidente da Câmara assumiu da outra candidatura durante os debates públicos.

Esperávamos que houvesse um maior compromisso e que ficasse muito claro o que o senhor presidente da Câmara aceita ou não aceita, mas não o faz e poderia perfeitamente dizer: «Não aceito o um, o dois, o três e o quatro mas aceito o cinco, o seis, o sete e o oito.» Não nos é possível verificar o orçamento sem essa oralização e estamos aqui no velho debate entre os executivos e os deliberativos. Os deliberativos que aprovam orçamentos, querem as verbas mais discriminadas e desagregadas quanto possível, enquanto os órgãos executivos não gostam nada de verbas desagregadas porque o bolo sem as fatias claramente repartidas é muito mais fácil de gerir conforme corre o vento. As verbas não estão desagregadas, por isso não temos a possibilidade de analisar, por exemplo, em relação a uma questão que também consta no programa do senhor presidente ou da lista vencedora das eleições relativa ao aproveitamento de edifícios escolares para lançamento de projetos-piloto de creches e jardins-de-infância…

(Interpelação impercetível por parte do senhor presidente da Câmara.)

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Está, sim senhora. Isso lhe garanto.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Garanto que esteja. Vá reler o programa. Não temos garantia de nenhum compromisso em relação a qualquer uma das propostas da oposição e não podemos verificar porque o bolo está inteiro, não está repartido.

Gostaria também de manifestar a nossa satisfação pelo aumento de verba para as freguesias que se verifica neste orçamento e a atenção que vem sendo dada pelo executivo municipal aos executivos das juntas de freguesia.

Para que tenham ainda maior conhecimento da nossa posição, gostaria de acrescentar que não pretendemos ser rebarbativos, especialmente exigentes nem embirrentos, mas quando vimos para aqui passar o dia, temos que receber determinados documentos que são solicitados. Não quero entrar em votos de protesto nem em reclamações mas tivemos a oportunidade de reconhecer que o diagnóstico da Câmara Municipal para a habitação era um excelente documento, por isso o apoiámos e votámos a favor. Depois, no contexto dos nossos debates, pedimos o envio do tal documento de previsão da Câmara relativo à habitação…

Esqueceu mas não pode esquecer; está na ata. Podemos passar a escrever mas, a partir do momento que é aqui pedido e consta na ata, é obrigação da Câmara entregar o documento – até porque disse que o faria – ou justificar porque não o entrega, porque isto vai ajudar ao nosso funcionamento futuro.

Em relação à verba de 90 milhões de euros do PRR para a habitação, digamos que a nossa perplexidade é muito grande. Compreendemos as dificuldades, apreciámos muito a forma como a senhora vereadora Fátima Amorim interveio e o cuidado que teve nas suas declarações, dando-nos a noção de que o assunto está a ser bem acompanhado, mas temos dificuldade em compreender esta forma aleatória de recurso a instrumentos de apoio.

Se a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo vai receber 93 milhões de euros para apoio à habitação, significa que apresentou um projeto e que se candidatou a qualquer coisa. Estou a dizer isto e o senhor presidente da Câmara está a dizer que não vai. Ora, eu candidato-me àquilo que acho que tenho capacidade de realizar, por isso a Câmara fica desafiada a executar os 93 milhões de euros que, pelas suas contas, seriam necessários no PRR para habitação. Sabendo todos nós que tal não será possível, penso que poderá haver alguma criatividade para que não se fique pelos 10% de execução dos 93 milhões que foram pedidos.

Desta minha intervenção, resultam duas faces da moeda: por um lado, tentei ser claramente elogioso acerca da proposta de orçamento da Câmara, mas sou também muito crítico em relação à forma como a mesma foi apresentada e como a oposição foi tratada.

Tendo também em conta aquilo que nos tem levado a votar contra o orçamento e foi aqui bem apresentado pelo meu colega Nuno Melo Alves quando disse que gostaríamos de ver mais sistematização e menos conta-gotas, achamos que estamos a tomar uma posição em justa medida, por isso vamos abster-nos na votação deste orçamento, recordando que o ano passado votámos contra.

Terminadas as intervenções, o documento constante no Ponto 1.12 foi aprovado por maioria com 31 votos a favor (22 do PS e 9 do PSD) e 9 abstenções (5 do PSD, 3 do CDS-PP e 1 do PPM). (94/2022/AMAH).

1.13 – Prorrogação do prazo de execução do contrato de concessão de exclusivo para a instalação, exploração e fiscalização de parquímetros em alguns arruamentos da cidade de Angra do Heroísmo. Para autorização nos termos da alínea p), n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Está a decorrer neste momento a fase de apresentação de propostas. Gostaríamos de ter o concurso já adjudicado mas tal não foi possível e uma das questões levantadas, que se está a corrigir no Ponto 1.14, foi a não nomeação do júri por parte da Assembleia Municipal.

No passado, a Câmara podia tomar estas decisões sem a necessidade de intervenção da Assembleia mas visto ter havido outro entendimento jurídico e por uma questão de segurança

no sentido de se evitar problemas na adjudicação, achámos mais prudente trazer aqui esta ratificação. É por isso que as coisas estão neste ponto, o que implica uma espera de um mês ou mês e meio até à entrada em vigor do novo sistema. Seria possível interromper o contrato agora mas isso levaria decerto a uma possível litigância com os trabalhadores. Há jurisprudência dos tribunais sobre os contratos de concessão em que os trabalhadores têm direito a transitar para o novo concessionário, exceto nos casos em que tenha havido uma interrupção, o que levaria a que os trabalhadores do atual concessionário perdessem essa possibilidade e os sindicatos não se ficariam por aí, por isso teríamos uma possível questão judicial que atrasaria ainda mais a entrada em vigor do novo concessionário.

Face a tudo isto, o interesse público exige que se mantenha o atual contrato e não se levantem problemas para podermos rapidamente transitar para o novo. O contrato termina depois de amanhã dia 18 e há aqui este prolongamento de cerca de um mês e meio para a entrada do novo concessionário sem dificuldades.

Sra. d. m. Luísa Lourenço – Boa tarde senhor presidente e restantes elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Segundo entendi de acordo com o que foi dito na última reunião da Assembleia Municipal, houve problemas complexos com o atual concessionário que terão eventualmente resultado de um trabalho incompleto e indevido por parte da Câmara no que diz respeito ao contrato de concessão que foi realizado com essa empresa que levou a problemas de transparência e transferência de informação entre ambas as entidades. A recomendação que faço é que estas situações fiquem devidamente garantidas no próximo contrato que vier a ser realizado.

O concurso foi já publicado e temos um mês para a apresentação de consultas, daí esta necessidade evidente e quase obrigatória de se prorrogar o atual contrato de concessão, mas gostaria de saber quais os prazos máximos previstos para a finalização do contrato nestas condições.

Sr. presidente da Câmara – Faremos os possíveis por usar os prazos mínimos para que possamos ter a situação resolvida nos próximos dois meses; contudo, há algo que não podemos ultrapassar que é a possibilidade de surgirem esclarecimentos ou algumas situações de contencioso. Se nada disto acontecer, teremos o concurso adjudicado algures no mês de fevereiro. Também lhe digo que aceito a sua crítica porque este não é um processo de que me orgulhe, mas a vida tem destas situações e as coisas não correram exatamente como eu gostaria.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Sabendo-se desde o princípio que o contrato terminaria a 18 de dezembro, pergunto porque não houve a necessária antecedência no concurso para o contrato seguinte para se evitar o que aconteceu. O senhor presidente disse que foram acidentes de percurso. Pois bem, se eu for à companhia de seguros por causa de um acidente de percurso, vão tirar fotografias ao carro, perguntar de onde vinha e para onde ia, porque é

que o acidente aconteceu naquele sítio e serão atribuídas responsabilidades. Não quero que o senhor presidente amarre um braço ao pescoço como o Egas Moniz, mas gostaria de perceber se estes atrasos eram previsíveis.

Sr. presidente da Câmara – Se os resultados fossem previsíveis, decerto não teriam acontecido, e se há alguém a quem esta situação desagrade, é a mim. Quanto à questão do braço, não posso nem devo porque a ética obriga a que eu seja responsável por tudo o que acontece aqui, mesmo as situações que dificilmente controlaria. Assumo essa responsabilidade mas a verdade é que os problemas resultaram essencialmente das dificuldades na obtenção de informação e de um conjunto de outras questões de natureza processual que foram acontecendo de forma imprevisível e, nalguns casos, sumamente desagradável. A Câmara fez o que pôde mas quando se trata de concursos públicos, há muitas situações que escapam ao controlo da entidade adjudicatária, apesar de termos contratado um dos melhores escritórios de advogados especialistas nesta matéria.

Temos cerca de um mês e meio de atraso em relação ao que seria espectável no princípio do processo, apesar de termos começado cedo. Trouxemos aqui o assunto atempadamente e colocámos ao senhor presidente da Mesa a possibilidade da realização de uma reunião extraordinária desta Assembleia para anteciparmos prazos mas foi considerado que tal não seria necessário e as coisas foram acontecendo.

Este é um daqueles casos em que acontecem incidentes na contratação pública e ainda é possível que haja mais alguns na fase de adjudicação. Contudo, espero que cheguemos ao fim de todo este processo sem mais problemas.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Vamos apoiá-lo na saída do embaraço e sem braço e vamos todos acreditar que o prazo não se prolongará para além do mês e meio.

Findas as intervenções e após votação, a prorrogação em causa foi aprovada por unanimidade. (95/2022/AMAH).

1.14 – Despacho do senhor presidente da Câmara Municipal datado de 09/12/2022 nos termos n.º 3 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico. Este despacho determinou a designação do júri do procedimento, bem como a prorrogação de prazo do Concurso Público Internacional para a Atribuição da Concessão de Exploração, Substituição e Fiscalização de Parquímetros no Solo em Angra do Heroísmo nos termos legalmente previstos. Para ratificação pelo órgão deliberativo do ato praticado pelo presidente da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal ratificou por unanimidade o ato administrativo praticado pelo presidente da Câmara. (96/2022/AMAH).

1.15 – Relatório do 1.º semestre de 2022, da «Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda.», respeitante ao trabalho efetuado sobre os documentos de prestação de contas

do Município de Angra do Heroísmo com referência a 30 de junho de 2022. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Nada a acrescentar aqui, apenas a certificação dos relatórios que foram sendo feitos a esta Assembleia. O auditor que nos faz a auditoria das contas diz-nos que, de facto, os elementos aqui prestados correspondem à realidade financeira e contabilística do município.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante no Ponto 1.15. (97/2022/AMAH).

1.16 – Relatório de gestão e contas do 2.º trimestre da TERAMB, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Como sempre, este relatório chega um pouco atrasado devido aos longos prazos entre as reuniões desta Assembleia. Nesta altura a realidade é outra e temos uma fortíssima previsão do fim do ano que foi já aqui apresentada. Este relatório nada acrescenta à informação que foi aqui prestada sobre a TERAMB.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante no Ponto 1.16. (98/2022/AMAH).

1.17 – Relatório de gestão e contas do 3.º trimestre da TERAMB, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Nada a acrescentar àquilo que já discutimos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante no Ponto 1.17. (99/2022/AMAH).

1.18 – Ofício da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, remetendo um Voto de Saudação pela Terceira Edição do «Azores Bravos Trail». Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (100/2022/AMAH).

2 – DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

2.1 – Regulamento do Prémio Literário Álamo Oliveira destinado a Jovens Escritores. Para deliberação do órgão deliberativo.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Penso que posso falar em nome das duas bancadas, dizendo que foi feito um trabalho bastante democrático e consensual que agrada à bancada municipal

da Coligação, à bancada municipal do PS e ao próprio homenageado. Como foi já referido nesta casa, o que se pretende é a aprovação do Prémio Literário Álamo de Oliveira destinado a Jovens Escritores no valor de 10 mil euros nas várias tipologias de obras que o autor tem vindo a desenvolver ao longo da sua vida.

O regulamento constante no Ponto 2.1 foi aprovado por unanimidade e aclamação. (101/2022/AMAH).

3 – DO GRUPOS MUNICIPAIS DO PS E DA COLIGAÇÃO PPD/PSD – CDS-PP – PPM:

3.1 – Voto de Pesar pelo falecimento do cantador João Leonel Augusto Ferreira, o Retornado. Para votação por escrutínio secreto.

Sra. d. m. Valdeci Purim – Boa tarde senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e vereação, colegas deputados municipais.

«*João Leonel Augusto Ferreira (o Retornado), nasceu a 22 de dezembro de 1944 na Ribeira Seca na Freguesia de São Sebastião, concelho de Angra do Heroísmo, filho de João Nunes Ferreira (agricultor) e de Zulmira Augusta de Jesus (doméstica).*

Após ter saído da escola, foi empregado de comércio em alguns estabelecimentos da Ilha Terceira e mais tarde estabeleceu-se como taxista profissional.

Prestou serviço militar em Angola no período entre 1965 e 1968, para onde voltou depois do seu regresso a Portugal, permanecendo ali até 1975, data do seu regresso definitivo. Decorrente deste período surgiu a alcunha de "Retornado".

Já na escola primária, João Leonel começou a interessar-se pelas rimas e pelas cantigas que ia assistir com o pai.

Fez a sua primeira cantoria aos 14 anos. Cantou em todas as ilhas dos Açores, no Continente, no Canadá e na América do Norte. Tinha o lirismo como caraterística que o tornava peculiar entre todos os outros cantadores.

Para além de mais de 50 anos como improvisador/poeta popular, foi também autor de vários enredos de Bailinhos e Danças de Carnaval.

Referindo-se às suas cantigas, disse numa entrevista em 2011: "Enquanto eu puder, vou dar isto. Porque isto não é meu. Deram-me para dar aos outros."

João Leonel Augusto Ferreira faleceu a 6 de dezembro de 2022 e o panorama cultural ficou mais pobre.

Finalizo com uma quadra deste poeta:

"Poesia em cantiga
É um poema diferente
Deixando que a boca diga
Aquilo que a alma sente".

Os Grupos Municipais do Partido Socialista e a coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM lamentam o falecimento de João Leonel Augusto Ferreira e propõem à Assembleia Municipal, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação deste Voto de Pesar. Que deste voto, seja dado conhecimento formal à família e à Associação dos Cantadores dos Açores.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 16 de Dezembro de 2022.»

O Voto de Pesar constante no Ponto 3.1 foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (102/2022/AMAH).

3.2 – Voto de Pesar pelo falecimento de Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro. Para votação por escrutínio secreto.

Sra. d. m. Marília Vargas – «*Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro nasceu a 22 de Abril de 1950 na freguesia de Santa Cruz, cidade e concelho da Praia da Vitória. Frequentou a Escola Primária de Santa Cruz da Praia da Vitória, tendo prosseguido os estudos no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo.*

Em 1969 ingressou no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, tendo em 1974, concluído a licenciatura em Economia.

Foi Professor de Matemática na Escola Preparatória Ciprião de Figueiredo em Angra do Heroísmo entre 1974/76, professor de Geografia no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo entre 1975/76 e colaborou com a Escola do Magistério Primário de Angra do Heroísmo em 1975.

Foi monitor do curso de Gestão de Empresas no polo de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores em 1976, assessor principal do Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores entre 1976 e 1996, consultor económico e financeiro de diversas empresas e entidades entre 1983 e 1998 e frequentou várias ações de formação na área do Planeamento e do Desenvolvimento Regional.

Foi deputado na Assembleia Legislativa Regional dos Açores desde a I Legislatura (1976), tendo sido eleito na I e II Legislaturas (1976-84) pelo PSD e na III, IV, V, VI, VII e VIII pelo CDS-PP. Foi vice-presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (1996-2000) e presidente do Grupo Parlamentar Açoriano do CDS-PP desde 1984.

Foi diretor do Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores (79-83), representante da região no Conselho Nacional do Plano (1977-82) e presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória (1979-1982). Foi eleito vereador para a Câmara Municipal da Praia da Vitória em 1997.

Foi Membro da Comissão Parlamentar de Economia (1976-2001), tendo sido também seu presidente. Foi membro da Comissão Parlamentar de Política Geral desde 1976, integrou as comissões parlamentares de acompanhamento das Revisões Constitucionais, participou nas várias comissões de Alteração do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e integrou as Comissões de Elaboração e Revisão do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Foi dirigente de ilha e regional do PSD de 1975 a 1983. Em 1992 aderiu ao CDS-PP, tendo exercido as funções de presidente da Comissão Diretiva Regional, presidente da Comissão Política da Ilha Terceira, presidente da Comissão Política Regional, membro da Comissão Executiva Nacional, membro da Comissão Política Nacional, Conselheiro Nacional do CDS-PP e vice-presidente do Congresso Nacional do CDS-PP.

Alvarino Pinheiro foi fundador e presidente do Grupo de Amigos da Praia da Vitória, fundador do quinzenário Jornal da Praia, administrador do Jornal da Praia, fundador da Associação dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, presidente do Conselho Fiscal dos Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória, presidente do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, presidente do Conselho Fiscal do Lar D. Pedro V na Praia da Vitória, presidente do conselho fiscal do Salão Teatro Praiense e presidente da assembleia geral do Sport Club Praiense.

Alvarino Pinheiro, dono de um vasto currículo, era uma pessoa de bom trato, de convívio agradável e conhecido pelo seu sentido de humor requintado que cultivava as suas amizades independentemente das suas opções políticas.

Pode dizer-se que o primeiro ato que alcançou na política foi uma célebre reunião de lavradores nos anos prévios à existência do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores. Nessa reunião, o senhor doutor Alvarino Pinheiro defendeu os lavradores com tal brilhantismo que daí em diante foi chamado para adjunto o senhor doutor José Adriano Borges de Carvalho, vogal da, então, Junta Regional dos Açores. Seguiram-se as chamadas para o PSD e para o cargo de deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Vimos hoje aqui prestar a nossa homenagem ao senhor doutor Alvarino Pinheiro e endereçamos à sua família, as nossas sentidas condolências.

Os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação do PPD/PSD – CDS-PP – PPM lamentam o falecimento do senhor doutor Alvarino Pinheiro e propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação deste Voto de Pesar. Que, deste voto, seja dado conhecimento à família, à ALRAA, ao Governo Regional dos Açores, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, ao partido CDS-PP Nacional e ao CDS-PP Açores.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 16 de dezembro de 2022.»

O Voto de Pesar pelo falecimento de Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (103/2022/AMAH).

3.3 – Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Simões Ferreira. Para votação por escrutínio secreto.

Sr. d. m. João Enes – Endereço os meus cumprimentos ao senhor presidente da Mesa, extensivos a toda esta Assembleia.

«*Paulo Manuel Simões Ferreira, por muitos conhecido como o Ferreira das Bananas, nasceu a 24 de fevereiro de 1958 e faleceu no passado dia 3 de dezembro aos 64 anos.*

Nasceu numa família de agricultores e, ao acabar o antigo liceu, foi incentivado pelo pai, Alcides Ferreira da Silva, a dar continuidade ao negócio da família.

Desde cedo, Paulo Ferreira manifestou interesse em participar ativamente na comunidade. A primeira manifestação de que há memória foi a organização de uma equipa de futebol nas Bicas de Cabo Verde onde residia. Para além de ter treinado esta equipa num espaço criado na própria quinta, encarregou-se de adquirir o equipamento a ser utilizado em jogos amigáveis com equipas do Pico da Urze e da Terra Chã.

Mais tarde exerceu diversas funções sociais. Como peregrino ativo, Paulo Ferreira foi catequista e membro do Conselho dos Assuntos Económicos na paróquia de São Pedro, presidente do Movimento dos Cursilhos de Cristandade e membro da Confraria do Santíssimo Sacramento da Sé. Exerceu também funções como mesário da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e como presidente da Associação Agrícola da Ilha Terceira, tendo feito parte do Conselho de Ilha da Terceira por inerência deste cargo.

Quem, com ele teve oportunidade de privar, reconhecia-o como um homem da terra, trabalhador e empenhado. Um homem de convicções e direto que dizia o que pensava sem subterfúgios ou dissimulações; sempre cultivou um espírito de união, amizade e entreajuda na família, no trabalho e na sociedade.

Os Grupos Municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM lamentam o falecimento de Paulo Manuel Simões Ferreira e propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação deste Voto de Pesar. Que, deste voto, seja dado conhecimento formal à família.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 16 de Dezembro de 2022.»

O Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Simões Ferreira foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (104/2022/AMAH).

3.4 – Voto de Pesar pelo falecimento de José Ruy Matias Pinto. Para votação por escrutínio secreto.

Sr. d. m. Rogério Sousa – «*José Ruy Matias Pinto nasceu na Amadora a 9 de maio de 1930, onde veio a falecer no passado dia 23 de novembro com 92 anos de idade. Foi um pintor, ilustrador e autor de banda desenhada português, sendo por muitos, considerado um dos grandes autores da idade de ouro da banda desenhada portuguesa entre as décadas de 1940 e 1960.*

Cursou Artes Gráficas na escola António Arroio, onde foi discípulo do Mestre Rodrigues Alves e dos pintores: Costa Mota, Trindade Chagas e Júlio Santos. Iniciou-se como autor de textos e desenhos com 14 anos; tem publicados 85 álbuns, 54 dos quais em banda desenhada, com destaque para: "Aristides de Sousa Mendes", "Fernão Mendes Pinto e a sua

Peregrinação", "Carolina Beatriz Ângelo – Pioneira no Voto e na Cirurgia", "Os Lusíadas" e "João de Deus – A Magia das Letras", estes também com edição em mirandês.

A sua dedicação à banda desenhada valeu-lhe a atribuição de 27 prémios, tendo exposto com sucesso em vários países da Europa, na China, no Japão e no Brasil. Foi o primeiro autor a ser galardoado com o "Prémio de Honra do Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora" em 1990. No ano seguinte foi distinguido com a Medalha Municipal de Ouro de Mérito e Dedicação da sua cidade natal, onde o seu nome está atribuído a uma escola e a uma avenida. Referenciado no "Dictionnaire mondial de la bande dessiné, Larousse" edição de 1998 e com destaque no "Larousse de la BD" em 2004.

Para além de tudo isto, José Ruy era um amante dos Açores, apaixonado pelas suas ilhas e gentes, de tal forma que lhe serviram de inspiração para a escrita de "Peter Café Sport e o Vulcão do Faial", "A Ilha do Futuro", "A Ilha do Corvo que venceu os Piratas" e mais recentemente, uma publicação promovida pelo Instituto Açoriano de Cultura e apoiada pelo município de Angra do Heroísmo, a obra "O Heroísmo de uma Vitória" que conta diversas estórias da Ilha Terceira durante as lutas liberais, culminando com a Batalha da Praia de 11 de agosto de 1829.

Os Grupos Municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM lamentam o falecimento de José Ruy Matias Pinto e propõem à Assembleia Municipal, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação deste Voto de Pesar pelo falecimento de um dos maiores autores portugueses de banda desenhada. Que, deste voto, seja dado conhecimento formal à família.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 16 de dezembro de 2022.»

O Voto de Pesar pelo falecimento de José Ruy Matias Pinto foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (105/2022/AMAH).

3.5 – Voto de Congratulação ao Clube Desportivo da ACM – Associação Cristã da Mocidade, pelos resultados alcançados na modalidade de ginástica rítmica. Para votação pelo órgão deliberativo.

Sra. d. m. Rita Santos – «*Os Grupos Municipais do PS e da coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM nesta Assembleia, congratulam o Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira pelos resultados alcançados no presente ano na modalidade de ginástica rítmica em competições nacionais.*

Júlia Cabral sagrou-se no passado mês de julho, campeã nacional de Ginástica Rítmica no escalão de iniciados. A atleta do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira, treinada pela jovem Joana Costa, alcançou o primeiro lugar geral nas especialidades de bola e corda. Na mesma competição, chegou também ao pódio com o 2.º lugar em arco e o 3.º lugar em movimentos livres. Com apenas 9 anos de idade, Júlia Cabral fica na história dos Açores por ter sido a primeira atleta açoriana a conquistar o título de campeã nacional de Ginástica Rítmica da Primeira Divisão.

Já no passado mês de novembro, o clube voltou a subir ao pódio no Campeonato Nacional de Conjuntos no escalão de Juniores. Nesta competição, as atletas com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, alcançaram um histórico 3.º lugar (medalha de bronze).

O conjunto júnior treinado por Joana Costa, reafirmou assim o crescimento sustentado da modalidade em competições nacionais. Ainda na mesma competição, o conjunto infantil do mesmo clube, alcançou o 5.º lugar no seu escalão.

Treinadas por Raquel Furtado, as jovens infantis ficam assim na história do clube. Deste modo, o Clube Desportivo da ACM reforça cada vez mais a sua presença no desporto local, regional e nacional, colocando a modalidade da ginástica rítmica no pódio nacional.

Os Grupos Municipais do Partido Socialista e da coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM propõem à Assembleia Municipal, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação deste Voto de Congratulação, devendo do mesmo, ser dado conhecimento ao clube, às atletas e às treinadoras.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 16 de dezembro de 2022.»

O Voto de Congratulação ao Clube Desportivo da ACM (Associação Cristã da Mocidade) foi aprovado por unanimidade. (106/2022/AMAH).

3.6 – Voto de Congratulação a Afonso Lencart Costa por ter sido o primeiro açoriano a integrar uma Seleção Nacional de Karaté, bem como pela vitória recente na Taça de Portugal. Para votação por escrutínio secreto.

Sra. d. m. Magda Ávila – «*Afonso Maria Lencart Rochinha Silva e Costa, atleta do Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo, integrou a Seleção Nacional de Karaté que participou no campeonato europeu de Cadetes, Juniores e Sub-21 que decorreu em Praga na República Checa, contando com 1 084 atletas de 48 países. Afonso Lencart Costa foi o primeiro açoriano internacional de Karaté com apenas 15 anos de idade.*

A presença de Afonso Lencart Costa na Seleção Nacional foi um momento único e inédito na região em mais de 40 anos da modalidade de Karaté no arquipélago. Este atleta, que conta com um estatuto de Jovem Talento Regional, integrou o grupo de 27 atletas escolhidos pela Federação Nacional de Karaté – Portugal e foi o único português da categoria de -57kg onde estiveram 37 competidores divididos por duas "pools".

No passado mês de outubro, o mesmo atleta venceu a Taça de Portugal na Póvoa de Varzim, também na categoria de -57kg, disciplina de Kumite (combate), tendo saído vitorioso em todos os embates dessa competição.

Afonso Lencart Costa já foi vice-campeão nacional de Cadetes, venceu vários torneios nacionais e internacionais e consta na liderança da Liga da Federação Nacional de Karaté – Portugal. É um atleta que representa heroísmo, capacidade e motivação que a todos deve admirar.

Assim, no âmbito das disposições regimentais aplicáveis, os Grupos Municipais da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM e do Partido Socialista, propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão plenária a 16 de dezembro de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação ao atleta Afonso Lencart Costa por ter sido o primeiro açoriano a integrar uma Seleção Nacional de Karaté, fazendo-o no Campeonato Europeu de Cadetes, Juniores e Sub-21, assim como pela vitória na recente Taça de Portugal.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo, à Direção Regional do Desporto e à família do atleta.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 16 de dezembro de 2022.»

O Voto de Congratulação a Afonso Lencart Costa foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (107/2022/AMAH).

3.7 – Voto de Congratulação pelos 275 anos do Lar do Recolhimento Jesus Maria José – Mónicas. Para votação pelo órgão deliberativo.

Sra. d. m. Cecília Costa – Boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros deputados municipais.

«*No passado dia 29 de outubro assinalaram-se os 275 anos do Lar do Recolhimento Jesus Maria José, mais conhecido pelas Mónicas, uma instituição que se destina ao alojamento temporário ou permanente de pessoas do sexo feminino com dificuldades sociais e económicas ou em termos de saúde.*

Acredita-se que esta instituição tenha sido fundada por volta do ano de 1747 por boa ação de D. Mónica Maria Francisca de Sousa e Andrade ou D. Mónica Maria da Apresentação, tendo como missão, albergar de forma temporária, mulheres em situação de marginalização, por se encontrarem em frágil situação socioeconómica, por falta de suporte social e familiar, mães solteiras e viúvas, com vista a reorganizarem a sua vida e voltarem à comunidade.

As senhoras aí recolhidas, como eram designadas à época, tinham direito a um quarto, a uma boca de fogão e dividam os espaços comuns da casa com as restantes residentes, sendo que participavam na manutenção e limpeza das instalações comuns e dos espaços de cada uma.

Com o passar do tempo e à medida que as senhoras aí recolhidas iam envelhecendo, sentiu-se a necessidade de transformar este Recolhimento em Lar de Idosos, pelo que, a partir de então, a instituição passou a integrar um maior e mais diverso número de funcionários para dar agora resposta, maioritariamente a utentes do sexo feminino com mais de 65 anos.

O Recolhimento Jesus Maria José, localizado num edifício centenário no centro histórico de Angra do Heroísmo, tem procurado ser uma casa aberta à comunidade através de uma filosofia de autonomia e de interação entre as utentes e o meio que as envolve com vista à melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas residentes e à minimização da sensação de isolamento.

Em funções ao longo destes 275 anos, o Recolhimento Jesus Maria José tem perpetrado uma intervenção direcionada à população do sexo feminino em situação de marginalização, tendo sempre presentes, os valores e os princípios do cuidar, o respeito pela individualidade, o poder de escolha e de decisão, a autonomia e o envelhecimento ativo das pessoas que aí residem.

O Recolhimento é hoje uma instituição que resistiu às transformações sociais, económicas, políticas e financeiras da sociedade onde se insere. Tem sido capaz de se adequar e inovar a cada necessidade e novidade no bem-cuidar, tendo como fim último e primeiro, cuidar e servir as comunidades mais vulneráveis e dependentes.

Assim, em reconhecimento do legado de 275 anos e do futuro que há de vir, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os grupos municipais da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM e do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 16 de dezembro de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 275 anos do Recolhimento Jesus Maria José.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento aos Órgãos Sociais do Recolhimento Jesus Maria José, à Junta de Freguesia e à Assembleia de Freguesia de Santa Luzia.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 16 de dezembro de 2022.»

O Voto de Congratulação pelos 275 anos do Lar do Recolhimento Jesus maria José – Mónicas foi aprovado por unanimidade. (108/2022/AMAH).

3.8 – Voto de Congratulação pelos 50 anos da Casa do Povo da vila de São Sebastião. Para votação pelo órgão deliberativo.

Sr. d. m. Guilherme Bizarro – Boa tarde senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

«*A Casa do Povo da vila de São Sebastião assinalou os seus 50 anos de existência no passado mês de novembro, uma data que marca um percurso sólido desta instituição aglutinadora de cultura, tradição, desporto, saúde, coletivismo e solidariedade, assim como a sua capacidade de se adequar às necessidades atuais e perspetivar a intervenção futura na vila de São Sebastião.*

Esta casa é um espaço de reunião para convívio social da população sebastianense, onde se eleva a tradição do Espírito Santo, mormente com o seu conhecido salão para a realização das Funções em louvor ao Senhor Espírito Santo. É também devido o reconhecimento ao seu grupo folclórico, que tem assinalado e continuado a celebrar a tradição e a ruralidade das suas gentes.

Esta casa é um espaço de apoio social e um ponto de auscultação às pessoas mais vulneráveis, pelo que tem celebrado um protocolo com o Banco Alimentar contra a Fome, para

a distribuição de género alimentícios. É também um espaço de prestação de cuidados de saúde através do gabinete médico, de enfermagem e de recolha de análises.

Esta casa é um espaço de desporto e de juventude que pretende enriquecer a ocupação dos tempos livres dos jovens sebastianenses de forma saudável e positiva, assim como manter os espaços e infraestruturas a isso dedicados, contando com uma equipa de Futsal integrada no Grupo Desportivo da Casa do Povo.

Assim como o foi há cinquenta anos e como o será no futuro, a Casa do Povo da vila de São Sebastião afirma-se como um espaço de convívio e de encontro de todos os sebastianenses, motivada a preservar as tradições e a encarar novos desafios e oportunidades que se avizinham.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os grupos municipais da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM e do Partido Socialista, propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 16 de dezembro de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 50 anos da Casa do Povo da vila de São Sebastião.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento aos Órgãos Sociais da Casa do Povo da vila de São Sebastião, à Junta de Freguesia e à Assembleia de Freguesia da vila de São Sebastião.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 16 de dezembro de 2022.»

O Voto de Congratulação pelos 50 anos da Casa do Povo da vila de São Sebastião foi aprovado por unanimidade. (109/2022/AMAH).

4 – DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS DO CDS-PP:

4. 1 – Voto de Pesar pelo falecimento de Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – «*Alvarinho Pinheiro, nascido a 22 de abril de 1950 em Santa Cruz da vila da Praia da Vitória, faleceu aos 72 anos no passado dia 4 de dezembro.*

Licenciou-se em economia pela Universidade Técnica de Lisboa em 1974 e, já regressado à sua terra, lecionou Matemática na Escola Preparatória Ciprião de Figueiredo e Geografia no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo onde também estudou. Colaborou com a Escola do Magistério Primário e foi monitor do curso de Gestão de Empresas no polo de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores.

No âmbito da sua formação académica, foi assessor principal e diretor do Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores e consultor económico e financeiro de diversas empresas e entidades.

No que respeita à sua participação na vida da sociedade, o currículo de Alvarino Pinheiro é interminável conforme impunha a sua personalidade. Foi sócio e membro de várias associações culturais, recreativas e desportivas, das quais destacamos a título meramente exemplificativo, o ter sido fundador e administrador do quinzenário Jornal da Praia, fundador da Associação Humanitária dos Bombeiros da Praia da Vitória, presidente do conselho fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, do Lar D. Pedro V, do Salão Teatro Praiense

e da assembleia geral do Sport Clube Praiense, dando um contributo decisivo para a construção da nova sede do seu clube do coração, do qual foi assíduo e fervoroso adepto.

Foi no plano político que se afirmou, notabilizou e realizou. Foi dirigente regional e de ilha do PPD/PSD entre 1975 e 1983. Aderiu ao CDS-PP em 1992, tendo exercido as funções de presidente da Comissão Diretiva Regional, de presidente da Comissão Política Regional e presidente da Comissão Política da Ilha Terceira. No âmbito nacional, foi membro da Comissão Executiva Nacional e da Comissão Política Nacional, Conselheiro Nacional e vice-presidente do Congresso Nacional do CDS-PP.

A nível autárquico, foi presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória entre 1979 e 1982 e eleito vereador para a Câmara Municipal da Praia da Vitória nas autárquicas de 1997.

Ao nível regional, foi deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores desde a I à VIII Legislatura quando, em 2005, se retirou prematuramente da vida política ativa.

Foi líder do Grupo Parlamentar do CDS-PP e integrou várias comissões parlamentares onde exerceu todos os cargos. Foi vice-presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores na VI Legislatura e participou em diversas visitas deste órgão às comunidades açorianas nos Estados Unidos da América, no Canadá, no Brasil e na Bermuda. Foi também membro de delegações e missões da ALRAA ao estrangeiro.

Com a visão de futuro e a generosidade que lhe eram características, fez-se substituir várias vezes no exercício do seu mandato por jovens talentos do CDS-PP, criando oportunidades para novos quadros do partido e impulsionando consequentemente o seu rejuvenescimento. Nisto como resto, meteu sempre o partido à frente dos seus interesses. De igual forma, meteu sempre os interesses da sua terra e das suas gentes à frente dos interesses partidários. A coragem com que assumiu roturas e a sabedoria com que interpretou os resultados eleitorais assim o comprovam.

Foi um deputado brilhante reconhecido e respeitado pelos seus pares da esquerda à direita, pela sua inteligência e eloquência, pela forma elevada como travava cada batalha, pela sagacidade com que promovia consensos, pela firmeza com que fiscalizava a ação governativa e, finalmente, pelo seu sentido de humor único, tão fino quanto acutilante, fazendo desse traço a sua assinatura.

Alvarino Pinheiro foi um autonomista profundamente convicto e um incontestável defensor da democracia açoriana, tendo sido, pelo seu serviço e dedicação aos Açores, distinguido com a Insígnia Autonómica de Reconhecimento em 2007.

É uma figura incontornável da autonomia, deixando uma marca indelével na política açoriana. Com igual intensidade, marcou a todos que com ele tiveram a sorte de privar e aprender.

Se foi na política que se realizou, foi com a família, (mulher, filhos e netos), que se cumpriu naquele que foi o papel mais determinante da sua vida.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados municipais do CDS-PP propõem que a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo aprove um Voto de Pesar pelo falecimento de Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à sua família, ao CDS-PP regional e nacional, à Câmara e à Assembleia Municipal da Praia da Vitória e também à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 16 de dezembro de 2022.»

Este Voto de Pesar não desvaloriza o que foi aprovado há poucos minutos, que nós, em termos institucionais, muito agradecemos, e decorre do facto de Alvarino Pinheiro ter sido uma personalidade única e presidente do CDS-PP, o que nos convoca a termos aqui uma voz própria sem prejuízo da partilha que há pouco foi aqui feita por todos em relação ao seu falecimento.

Por ter tido com ele um percurso pessoal e político, posso dizer que o doutor Alvarino Pinheiro foi talvez a terceira pessoa que mais me influenciou em termos políticos. A minha primeira influência política partiu do meu pai pelos cargos que teve como secretário regional, deputado regional à Assembleia da República e também como presidente desta Assembleia Municipal, entre outros. A segunda pessoa que me influenciou também politicamente foi o meu padrasto devido aos diversos cargos que assumiu ao nível legislativo. Fora do seio familiar mais restrito, foi através de um convite do doutor Alvarino Pinheiro que tive a minha primeira participação na política em 1996. Com ele iniciei um percurso político e de amizade de longos anos que, infelizmente, culminou há poucos dias.

O Voto de Pesar pelo falecimento de Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro, da iniciativa dos deputados municipais do CDS-PP, foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (110/2022/AMAH).

A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Câmara – Minhas senhoras e meus senhores, em meu nome e em nome dos membros do executivo, desejo-vos a continuação de umas Boas Festas e um excelente ano de 2023. Expresso também aqui o meu agradecimento pela vossa colaboração e compreensão em mais este ano que agora termina.

Sr. presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados, na sequência da reunião de Conferência de Líderes e cumprindo o regimento, dou-vos a conhecer que a próxima reunião da Assembleia Municipal ocorrerá no dia 10 de fevereiro de 2023.

Agradeço a vossa presença, empenho e colaboração ao longo deste ano. Em meu nome e em nome da Mesa da Assembleia Municipal, deixo aqui o meu abraço ao senhor presidente da Câmara e às senhoras e senhores vereadores, extensivo a todos vós e às vossas famílias. Desejo a todos umas Boas Festas e um feliz ano de 2023. Apesar de algumas situações de

reserva, vamos ser positivos e confiantes para que o próximo ano seja bom para todos nós e para aqueles que aqui representamos.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 14h45m do dia 16 de dezembro de 2022, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

_____

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

A 1ª Secretária

_____

Tânia Gil da Rocha Lemos